



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TAYNARA FITZ PATRIARCHA

**DEBATE SOBRE A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO NO  
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS  
DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO  
NORTE DO PARANÁ**

---

Londrina  
2018

TAYNARA FITZ PATRIARCHA

**DEBATE SOBRE A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO NO  
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS  
DE SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO  
NORTE DO PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Lourenço de Andrade Fortuna.

Londrina  
2018

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

P314d Patriarcha, Taynara Fitz.

O debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de serviço social das universidades públicas do norte do Paraná / Taynara Fitz Patriarcha. - Londrina, 2018.  
114 f.: il.

Orientador: Sandra Lourenço de Andrade Fortuna.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social - Teses. 2. Assistentes sociais - Formação profissional - Teses. 3. Gênero - Teses. I. Fortuna, Sandra Lourenço de Andrade. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

TAYNARA FITZ PATRIARCHA

**DEBATE SOBRE A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO NO  
PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS DE  
SERVIÇO SOCIAL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORTE DO  
PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Lourenço de  
Andrade Fortuna  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Olegna Souza Guedes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mirla Cisne  
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte  
- UERN

Londrina, 19 de março de 2018.

Dedico meu trabalho a todas as mulheres que no enfrentamento do patriarcado, racismo e o capitalismo se machucaram nas farpas dessa luta, mas com a sua força e encontrando em suas companheiras a coragem para tecer a resistência, seguiram em frente continuando a ser impulso para reerguer tantas de nós.

*“Eu vejo você brilhando e isso me fortalece. Eu brilho e você me dá a mão. A luta continua” (Anne Castro).*

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

**Marielle Franco**

## **AGRADECIMENTOS**

O caminho percorrido até aqui foi trabalhoso, porém contei com o carinho de tantas pessoas queridas que tornaram essa trajetória menos solitária. Assim, desejo agradecer a todas/os que fizeram parte desse processo.

Em meus trabalhos acadêmicos procuro agradecer inicialmente à minha família e novamente não será diferente. Sou grata a essa família que me possibilitou as condições objetivas para que eu pudesse vivenciar o mestrado da forma mais tranquila possível. Agradeço aos meus pais, irmão, cunhada, tias e tios por mais uma vez estarem torcendo por mim e fazendo dessa caminhada um momento de amadurecimento. Agradeço à minha avó que faleceu no meio desse processo e deixou uma lacuna grande na minha vida. Tenho certeza que de onde ela estiver estará feliz pela conclusão dessa etapa.

Ao meu companheiro de vida, Paulo Paganini, que com seu amor e dedicação me fez compreender o mundo a partir de uma nova perspectiva. Agradeço pelo seu companheirismo, pela sua compreensão e por sempre acreditar em mim, não medindo esforços para me apoiar nessa trajetória. Amo você imensamente!

À Sandra Lourenço de Andrade Fortuna, minha orientadora que iluminou a minha trajetória acadêmica desde a graduação. Agradeço por me ensinar sempre com paciência e respeito que a pesquisa é um processo de amadurecimento teórico, mas também pessoal de compreender nossos limites físicos e emocionais. Obrigada por me resgatar nos momentos de angústia e me mostrar que a vida acadêmica carrega muitas contradições, mas que é possível sempre lutar. Eu não poderia ter sentimento maior de gratidão por toda dedicação e paciência que você teve comigo e com meu trabalho. Admiro-te imensamente. Você é um presente na minha vida!

À Comissão de Representação Discente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da UEL, que eu dividi com duas pessoas incríveis! Nayara Damião e Marcílio Garcia. Agradeço por compartilharem comigo essa trajetória de representação com muita coragem e companheirismo. Obrigada por segurarem a barra quando eu já não conseguia mais e por me ajudarem a amadurecer como estudante, profissional e como pessoa. Tenho muito orgulho de dizer que dividi tudo isso com vocês!

À Nayara Damião, que além de companheira na representação discente também compartilhou comigo todas as angústias do processo do mestrado, além das preocupações em relação à militância feminista. Obrigada pelas incansáveis trocas sobre as discussões de gênero, por sempre estar comigo para estimular debates, muitas vezes adormecidos em mim. Sem sombra de dúvidas, você colaborou muito com esse processo de crescimento. Minha amiga, obrigada pelo carinho que você sempre dedicou a mim. Admiro-te por tudo que você faz e por tudo que é!

À coordenação deste programa de Pós-graduação que me acolheu com respeito e disposição no processo de representação discente. Obrigada pelos debates enriquecedores e pela abertura que tiveram comigo. Em especial as coordenadoras: Olegna, Jolinda, Marcia Pastor e Claudia Neves muito obrigada por tudo!

Às professoras Liria Bettiol e Evelyn Secco que me acolheram na minha breve participação no projeto de pesquisa em que coordenaram e pelo carinho, bom humor e amizade que dedicaram a mim em todo o processo do mestrado. Vocês tornaram essa caminhada mais leve e divertida!

Às amigas e amigos Tatiane Monteiro, Patricia Dutra, Danielle Carriel, Silvia Mezari, Juliana Palavezzini, Julia Ramalho, Daniele Sanna, Paula Basílio, Diego Batista, Jefferson Aranda e Mariana Teixeira, que estiveram presentes nessa caminhada e dedicaram amor, carinho e amizade em todos os momentos bons e ruins. Gratidão!

Aos integrantes do grupo de pesquisa sobre gênero que colaboraram ativamente para o meu amadurecimento nesse processo. Obrigada pelos trabalhos, debates, trocas e bom humor na condução desse grupo maravilhoso.

Às professoras Olegna Guedes e Mirla Cisne que aceitaram prontamente em participar desse momento tão importante na minha vida. Agradeço pela disponibilidade e contribuições que dedicaram a este trabalho, colaborando com a minha formação profissional e amadurecimento teórico.

Às coordenações dos cursos estudados que compreendendo a importância da pesquisa no processo de formação profissional, se disponibilizaram em colaborar com o fornecimento dos dados utilizados neste trabalho.



PATRIARCHA, Taynara Fitz. **Sobre a Ordem patriarcal de Gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná.** 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

As determinações da ordem patriarcal de gênero no Serviço Social brasileiro acompanharam essa profissão desde sua gênese, tendo em vista ser uma profissão situada na divisão social e sexual do trabalho. Esta dimensão é expressa pela presença esmagadora das mulheres no Serviço Social desde sua emergência no Brasil, mas também é evidenciada pela formação e atuação profissional a partir de um referencial conservador que imprimia na compreensão e na ação das/os assistentes sociais pioneiras/os um caráter de naturalização dos ditames do Sistema de Dominação/Exploração vigente. Contudo, no período de questionamento do conservadorismo no Serviço Social, expressado na concepção da “intenção de ruptura” do Movimento de Reconceituação, a profissão passou a aproximar-se com a teoria social de Marx. Também é no bojo da fase de “intenção de ruptura” que a profissão apropria-se de estudos e pesquisas sobre a temática de *gênero*. Essa dinâmica acabou influenciando seu projeto profissional na perspectiva de uma sociedade sem discriminação de classe, raça/etnia e gênero. Tendo em vista esse cenário profissional, nesta pesquisa buscamos compreender a inserção da discussão sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná. A fim de responder esse objetivo, o presente trabalho se debruçou na pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Quanto ao objeto tratou-se de pesquisa de campo e documental, delimitando-se a amostra não probabilística a partir de três cursos de Serviço Social de universidades públicas do norte do Paraná. A pesquisa abrangeu a coleta e análise das entrevistas realizadas junto às coordenações pedagógicas e das produções de Trabalhos de Conclusão de Curso e Projetos Políticos Pedagógicos das referidas instituições de ensino. Com relação aos resultados dessa investigação, apontamos que, embora os cursos absorvam, em alguma medida, o debate de questões relacionadas à ordem patriarcal de gênero, o fazem de maneira focalizada. Foi percebido que essa discussão não é apreendida na sua condição de determinação das relações sociais, mas geralmente tratada como elemento subsidiário para debater particularidades de questões emergentes na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Ordem patriarcal de gênero. Serviço social. Formação profissional.

PATRIARCHA, Taynara Fitz. **The debate about the Patriarchal Order of Gender in the process of professional formation of the undergraduate courses of Social Work in public universities of the north of Paraná.** 2018. 114 p. Dissertation (Master's Degree in Social Work and Public Policy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## **ABSTRACT**

The determinations of the patriarchal order of gender in the Brazilian Social Work have accompanied this profession since its genesis, as it is a profession placed in the social and sexual division of labour. This dimension is expressed by the overwhelming presence of women in Social Work since its emergence in Brazil, but it is also evidenced by the formation and professional performance from a conservative referential that impressed on the understanding and action of the pioneer social workers a quality of the validation of the current Domination / Exploration System. However, over the period of time on when the conservatism in Social Work was questioned, expressed in the conception of the "intention of rupture" of the Movement of Reconceptualization, the profession turned into an approach closer to the social theory of Marx. It is also in the bosom of the "intention of rupture" phase that the profession appropriates studies and researches related with gender. This dynamic ended up influencing its professional project in the perspective of a society without discrimination of class, race / ethnicity and gender. In view of this professional scenario, in this research we seek to understand the insertion of the discussion about the patriarchal gender order in the process of professional qualification of the Social Work courses of the public universities in the north of Paraná, Brazil. In order to respond to this objective, the present work has focused on descriptive research of a qualitative nature. Related to the subject, it was conducted a fieldwork and documentary research, delimiting the non-probabilistic sample from three Social Work courses of public universities in that region. The research included the collection and analysis of interviews carried out with the pedagogical coordinators and the productions related to the Final Undergraduate Paper and Political Pedagogical Projects of those universities. About the results of this research, we point out that, although the courses absorb, to some extent, the debate of issues related to the patriarchal gender order, they do so in a focused way. It was perceived that this discussion is not apprehended in its condition of determination of social relations, but generally approached as a subsidiary element to discuss peculiarities of emerging issues in the contemporaneity.

**Keywords:** Patriarchal order of gender. Social work. Professional qualification.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FIES	Financiamento Estudantil
GTP	Grupos Temáticos de Pesquisa
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
MEC	Ministério da Educação
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SESu	Secretaria de Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> – Distribuição dos cursos de graduação pelos campi pesquisados .....	74
<b>Quadro 2</b> – Relação das disciplinas que abordam gênero nos cursos pesquisados .....	79
<b>Tabela 1</b> – Conteúdos do currículo mínimo do serviço social brasileiro em 1954 .....	44
<b>Tabela 2</b> – Conteúdos do currículo mínimo do serviço social brasileiro em 1970 .....	51
<b>Tabela 3</b> – Estrutura e organização dos cursos .....	76
<b>Tabela 4</b> – Relação de docentes dos cursos de serviço social pesquisados .....	78
<b>Tabela 5</b> – Relação de TCCs dos cursos de serviço social por eixos temáticos (2014, 2015, 2016) .....	87
<b>Tabela 6</b> – Direcionamento quanto à temática sobre a ordem patriarcal de gênero nos TCCs (2014, 2015, 2016) .....	88

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1: O SISTEMA DE DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO: ELEMENTOS PARA ANÁLISE</b> .....	8
1.1 Aproximações às perspectivas teóricas acerca da dominação- exploração das mulheres .....	8
1.2. A Ordem Patriarcal de Gênero à Luz do Materialismo Histórico Dialético .....	19
<b>CAPÍTULO 2: A MARCA DO SISTEMA DE DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIRAS/OS</b> .....	31
2.1 As condições sócio-históricas para a emergência do Serviço Social no Brasil .....	31
2.2. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino- americano: a reorientação profissional e a crítica ao conservadorismo .....	47
2.3. A formação profissional na contemporaneidade: o desafio de uma formação crítica na ofensiva neoliberal .....	58
<b>CAPÍTULO 3: O DEBATE SOBRE A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA ERA DO NEOLIBERALISMO: A REALIDADE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORTE DO PARANÁ</b> .....	64
3.1. Particularidades da realidade em foco: reflexões sobre o lócus da pesquisa .....	73
3.2. Apreensões dos elementos constitutivos da formação profissional na perspectiva da ordem patriarcal de gênero .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE 2 – Roteiro da Entrevista.....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE 3 – Instrumento para categorização dos TCCs .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

As determinações da ordem patriarcal de gênero na trajetória do Serviço Social no Brasil, desde sua gênese na década de 1930, definiram de forma a destacar o protagonismo das mulheres na história da profissão. Dessa forma, tem-se uma marca oriunda das determinações da ordem patriarcal de gênero na profissão, evidenciando sua raiz conservadora. Esta marca ganhou corpo no Serviço Social em suas apreensões influenciadas pela perspectiva da Doutrina Social da Igreja, no neotomismo e posteriormente na matriz positivista.

Esta determinação não se caracteriza apenas pela esmagadora presença das mulheres no Serviço Social desde sua emergência no Brasil. Foi evidenciada também pela formação e atuação profissional a partir de um referencial conservador que imprimia na compreensão e na ação das/os pioneiras/os da profissão um caráter de naturalização das relações hierárquicas entre homens e mulheres, em especial nos aspectos que dizem respeito à divisão sexual do trabalho. Portanto, a feminização do Serviço Social é um reflexo da organização do trabalho que tem por base as relações determinadas pelo capital, ordem patriarcal de gênero e racismo.

As perspectivas profissionais no período de questionamento do conservadorismo no Serviço Social, expressado na concepção da “intenção de ruptura” do Movimento de Reconceituação da categoria profissional, trouxeram para a profissão uma nova forma de análise a respeito da formação da sociedade, com a teoria social de Marx. É no bojo da fase de “intenção de ruptura” desse movimento que a profissão passou a aproximar-se de estudos e pesquisas na área de *gênero*. Em consequência, foram perceptíveis as produções teóricas sobre a temática no campo profissional, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Essa dinâmica acabou influenciando seu projeto profissional na perspectiva de uma sociedade sem discriminação de classe, raça/etnia e gênero.

A formação profissional das/os Assistentes Sociais também foi influenciada, visto que tal perspectiva passou a compor os documentos oficiais da profissão, embora a inserção da discussão de *gênero* no Serviço Social seja passível de críticas quanto à sua incipiência no processo formativo. Os documentos

referidos são: Diretrizes Curriculares de 1996, Lei de Regulamentação e o Código de Ética desta profissão.

Inspirado por essa discussão, este trabalho teve por objetivo compreender a inserção do debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná. Como objetivos específicos foram traçados os seguintes: a) Identificar a existência da discussão da ordem patriarcal de gênero no ensino nas universidades pesquisadas; b) Analisar em que medida a produção no âmbito da graduação incorpora as discussões sobre a ordem patriarcal de gênero; c) Investigar as perspectivas de *gênero* nas diretrizes curriculares desses cursos.

O objetivo desta proposta nos permitiu optar pela pesquisa de natureza qualitativa, que é definida por Minayo (2008, p. 21) da seguinte forma:

Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Quanto ao objeto, trata-se de uma pesquisa documental e de campo, pois as fontes de informação foram os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) com um recorte temporal que a princípio se referia aos últimos cinco anos, mas, com o desenvolvimento da pesquisa, o recorte foi diminuído para os últimos três anos.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

O recorte para a amostra não probabilística escolhida faz referência a três cursos de Serviço Social do norte do Paraná, sendo que dois desses cursos pertencem à mesma universidade, entretanto estão alocadas em dois campi distintos. A justificativa para a escolha desta localidade se deu em razão de que essas unidades de ensino não possuem programas de pós-graduação. Entendeu-se



este como um elemento importante, tendo em vista apreender elementos de cursos de formação apenas no nível da graduação, retratando a grande maioria dos cursos nessa área. Outro elemento importante é o exíguo tempo destinado ao mestrado o que implica a delimitação para a coleta de dados de espaços e localidades por conveniência do ponto de vista geográfico, no que diz respeito à facilidade de acesso da autora às instituições do norte do Paraná, garantindo a viabilidade da pesquisa. Dessa forma, respeitando os critérios determinados, apenas um dos cursos de Serviço Social dentre os quatro existentes no norte do Paraná não fez parte da pesquisa.

Neste trabalho, não será relevante a identificação dos cursos nas análises dos dados, tendo em vista que serão sistematizados e analisados como um todo. No entanto, para contextualizar as instituições de ensino e a forma de coleta dos dados que se deram distintamente em cada uma, partindo da compreensão das particularidades que cada campus possui, utilizamos as seguintes identificações: Curso A, B e C.

Na fase da coleta de dados, a proposta consistiu em recolher os seguintes documentos de cada curso de Serviço Social: Projeto Político Pedagógico (PPP), Planos de Ensino de todas as disciplinas e todos os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos últimos cinco anos. A intenção de ter acesso a esses documentos, sem que se focalize nas disciplinas específicas sobre o debate da ordem patriarcal de gênero, foi de compreender a inserção dessa discussão na formação profissional dos cursos elencados para além das disciplinas e temas de TCCs vinculados diretamente à temática. Também optamos por realizar uma entrevista com as coordenações pedagógicas dos cursos enquanto sujeitos informantes da pesquisa, com a finalidade de problematizar o objeto em questão e contextualização dos seus respectivos campi.

Encontramos diversas dificuldades para a coleta dos documentos, que se referem desde o contato com as instituições até a organização dos campi que sofrem com o sucateamento da educação pública. Foi possível ter acesso a todos os PPPs, no entanto, apenas uma das universidades disponibilizou o Plano de Ensino sobre uma das disciplinas. A coleta dos TCCs também ficou comprometida, devido às dificuldades para acessar esses documentos em duas das universidades.

Sobre as entrevistas realizadas com as/os coordenadoras/es, fizemos contato prévio via correio eletrônico para o convite da pesquisa e o agendamento da visita da autora aos campi. Em um primeiro momento, todas as coordenações responderam positivamente referente ao convite da pesquisa e à entrevista, contudo, em vista de alguns contratemplos de uma das direções dos cursos, foi possível a realização da entrevista apenas com duas coordenações. As entrevistas foram realizadas pessoalmente e gravadas, mediante termo de consentimento livre e esclarecido, conforme o Apêndice 1.

Para a coleta dos TCCs, após a visita às instituições, compreendemos que por serem cursos implantados recentemente, não possuíam a sistematização desses trabalhos com o recorte de cinco anos em diante como foi solicitado pela autora. Dessa forma, foi repensado o recorte temporal, passando de cinco anos para três anos. Também é necessário apontar que os TCCs recolhidos se referem àqueles que ficaram com nota igual ou maior que nove (9,0), sendo estes entregues para a coordenação dos cursos ou para a biblioteca da instituição.

Esta coleta deu-se distintamente em cada campus. O Curso A, após a entrevista com a coordenação, nos forneceu todos os TCCs de 2015 e 2016 em CDs. Os trabalhos dos anos anteriores eram entregues para a biblioteca da instituição, que, em visita, nos informaram que os TCCs se encontravam em um depósito, necessitando solicitação antecipada para que pudéssemos ter acesso. Portanto, ao saber desta informação, por uma questão de cumprimento dos prazos desta pesquisa, esta solicitação não pode ser realizada, impossibilitando a coleta desse material.

O Curso B informou possuir os TCCs impressos apenas na biblioteca, sendo assim, a autora compareceu à instituição para a coleta desses trabalhos, que se referem aos anos de 2014, 2015 e 2016, e foram recolhidos por meio de recurso fotográfico.

O curso C nos disponibilizou os TCCs mediante correio eletrônico, no entanto, apenas os trabalhos referentes à temática diretamente relacionada à ordem patriarcal de gênero. Em novo contato por correio eletrônico, a/o responsável pelos TCCs deste curso nos comunicou que devido a um contratempo técnico, muitos trabalhos haviam sido perdidos. Dessa forma, esta instituição nos enviou TCCs referentes aos anos de 2008, 2009, 2010 e 2016, sendo que, dentro do

recorte estabelecido por este estudo, apenas foi utilizado um único trabalho, que faz referência ao ano de 2016. Portanto, apenas trabalharemos com as análises dos documentos que foram fornecidos pelas instituições, totalizando 41 TCCs e 3 PPPs.

Para a apreensão do real, a pesquisa deve possibilitar as sucessivas aproximações com a totalidade concreta. Assim, podemos entender essa investigação como um confronto inicial com essa realidade. Dessa maneira, por se tratar do movimento da realidade que traz em si determinações dinâmicas e contraditórias, haja vista que “sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação” (NETTO, 2011c, p. 57), as dificuldades encontradas na coleta dos dados pela autora da pesquisa reproduziram a complexidade que esse processo nos impõe.

A opção metodológica adotada em relação ao trato dos dados se deu à luz de categorias, visto que, para Marx (2011, p. 59) as categorias “expressam formas de ser, determinações de existência”, assim, algumas delas foram definidas *a priori*, mas também no processo da pesquisa. São elas: totalidade, mediação, contradição, formação profissional, trabalho, divisão sexual do trabalho e ordem patriarcal de gênero. É indiscutível que a captação desse movimento faz emergir a apreensão de outras categorias. Contudo, com a limitação do tempo dedicado a esta investigação, trabalharemos apenas com as categorias citadas.

Compreendendo que as categorias são formas de ser, nesse trabalho também foi possível levantar algumas indagações sobre a utilização de *gênero* enquanto uma categoria ontológica. Como as/os pesquisadoras/es também são sujeitos no processo da pesquisa, foi exatamente esse processo que nos permitiu repensar essa questão.

Ressaltamos que ainda adotaremos *gênero* para determinar as relações entre homens-homens, mulheres-mulheres e homens-mulheres, porém, sempre vinculado a uma das hierarquias da estrutura social para determinar o vetor de dominação-exploração, sendo este o ‘patriarcado’. Em vista disso, será recorrente no texto deste estudo o uso da denominação “ordem patriarcal de gênero”.

O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero [...] como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a

pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém se ganha em compreensão. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política (SAFFIOTI, 2004, p. 138-139).

No entanto, em alguns momentos *gênero* será reportado sem essa vinculação para ser compreendido no seu sentido genérico, haja vista que há outras concepções que não envolvem a utilização do patriarcado. Portanto, será apontado dessa forma, quando não se tratar da compreensão desta autora.

Posto isso, é necessário indicar que, neste momento, a autora optou por tratar *gênero* como conceito e não como categoria ontológica, visto que *gênero* é uma formulação elaborada em um determinado tempo histórico, por uma conveniência acadêmica ajustando-se “à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo” (SCOTT, 1995, p. 75). Esse ajustamento tornou os chamados *estudos de gênero* mais palatáveis aos órgãos de financiamento de pesquisas (SAFFIOTI, 2004).

Desse modo, se as categorias ontológicas, no sentido da ontologia do ser social (LUKÁCS, 2012), tenham por referência a “coisa em si” ou as formas de ser daquilo que realmente existe, seria *gênero* então uma representação desse sentido ontológico das categorias? É um termo que abarca tantas concepções, devido ao seu caráter abrangente, que pode ser concebida também fora das bases materiais que constitui a sociedade, se afastando desse caráter ontológico. Portanto, essa questão ainda não foi totalmente explorada pela autora para que possa apontar uma certeza, porém, devido às reflexões iniciais possibilitadas por este estudo, apontamos, neste trabalho, a utilização de *gênero* isoladamente como conceito.

Este trabalho foi estruturado em 3 capítulos. No primeiro capítulo sob o título *O Sistema de Dominação/Exploração: elementos para análise*, trataremos das questões mais estruturais da sociedade. Para isso, iniciamos com as aproximações às perspectivas teóricas sobre o conceito de *gênero*, realizando apontamentos críticos sobre a compreensão das/os principais autoras/es que fazem esse debate. Entendemos a necessidade de evidenciar tais perspectivas teóricas tendo em vista que a apreensão dessa discussão é diversa no campo da produção do conhecimento.

Ainda nesse capítulo, demarcamos a posição teórica e política por meio da qual pretendemos abordar a discussão sobre a ordem patriarcal de gênero, no caso a perspectiva crítica de análise da realidade, buscando apreendê-la enquanto concreto pensado.

No segundo capítulo – *A marca do sistema de dominação-exploração na constituição da formação profissional das/os assistentes sociais brasileiras/os* – buscamos versar sobre as particularidades históricas do Brasil e sua influência na constituição do Serviço Social brasileiro, mediado pelo debate sobre a ordem patriarcal de gênero na formação profissional das/os Assistentes Sociais. Discussão que fará referência à construção dos currículos do Serviço Social e às influências teóricas e metodológicas no decorrer da trajetória da profissão.

As análises dos dados e a apresentação dos cursos pesquisados estão concentradas no Capítulo 3, intitulado *O debate sobre a ordem patriarcal de gênero e a formação profissional da/o Assistente Social na era do Neoliberalismo: a realidade das universidades públicas do norte do Paraná.*

## **CAPÍTULO 1: O SISTEMA DE DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO: ELEMENTOS PARA ANÁLISE.**

### **1.1 Aproximações às perspectivas teóricas acerca da dominação-exploração das mulheres.**

O conceito de *gênero* passou a ser utilizado pelas feministas e também pelo campo acadêmico como forma de transcender o determinismo biológico. A princípio, podemos mencionar Simone de Beauvoir como precursora dessa ideia, quando ela afirma que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 361). No entanto, faltou-lhe a utilização especificamente do termo *gênero*, mas o ponto essencial que determina o conceito estava presente (SAFFIOTI, 1999a). Falamos aqui do ponto de vista da sistematização desses estudos, tendo em vista que há uma vasta bibliografia existente antes de Beauvoir tratando, por exemplo, de temas relacionados à emancipação das mulheres, mulheres e política, feminismos, entre outros (ARMAND, 2017; GOLDMANN, 1969; GURIÉVITCH, 2017; KALMÁNOVITCH, 2017; KOLONTAI, 2011; KRÚPSKAIA, 2017; KUVCHÍNSKAIA, 2017; POKRÓVSKAIA, 2017; TRISTAN, 2015; ZETKIN, 2011; WOLLSTONECRAFT, 2016).

O termo *gênero* foi elaborado a partir da década de 1960 por Robert Stoller. Entretanto, ganhou visibilidade com Gayle Rubin em seu artigo “The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”<sup>1</sup> em 1975.

A utilização do conceito de *gênero* foi difundida com maior intensidade nos anos 1980 na esfera acadêmica, na tentativa de ajustamento científico e também na dissociação de uma postura de confronto, tendo maior aceitação nesses espaços. Nesse sentido, em relação aos chamados *estudos de gênero* “se comparados aos estudos feministas, adquirem, por vezes, um caráter mais ‘neutro’, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de ser aparentemente mais ‘acadêmico’ ou ‘científico’” (CISNE, 2014, p. 65).

---

<sup>1</sup> Tradução em português em 1993 com o título: “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”.

Entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/”mulher” parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados (PISCITELLI, 2002, p. 7).

A ampla utilização do *gênero* é também originada de um processo de institucionalização da temática, sendo um conceito mais palatável pelas instituições de financiamento de pesquisas, “tão palatável, que o Banco Mundial só financia projetos com recorte de *gênero*. Se fizermos referência à ‘ordem patriarcal de gênero’, os projetos, certamente, não serão contemplados com as verbas solicitadas” (SAFFIOTI, 2006, p. 152). Dessa forma, compartilhamos das seguintes indagações:

Por que este conceito teve ampla, profunda e rápida penetração não apenas no pensamento acadêmico, mas também no das (os) militantes feministas e ainda em organismos internacionais? Residiria a resposta tão somente na necessidade percebida de alterar as relações sociais desiguais entre homens e mulheres? Mas o conceito de patriarcado já não revelava este fenômeno, muito antes do conceito de gênero ser cunhado? Não estaria a rápida difusão deste conceito vinculada ao fato de ele ser infinitamente mais palatável que o de patriarcado e, por conseguinte, poder ser considerado neutro? (SAFFIOTI, 2004, p. 132).

No Brasil, em que pese todas as contribuições dos movimentos feministas, a aderência ao conceito de *gênero* está amplamente vinculada ao processo de institucionalização desses movimentos. Entretanto, consideramos ser importante destacar alguns marcos da resistência feminista que deixaram contribuições profundas para a transformação do país. Nesse sentido, ressaltamos que os movimentos feministas e de mulheres foram essenciais nos diversos períodos da história do país, como nos explica Lourenço (2008, p. 12-13):

Já no período colonial as mulheres negras lutaram no movimento abolicionista. Desde o início do século XIX, as mulheres do campo e da cidade, organizaram a agenda de reivindicação pela emancipação feminina, cujas bandeiras de luta se pautaram no direito ao trabalho, à propriedade, à herança, à educação, à participação política e ao voto feminino, somente conquistado em 1932. O movimento operário recebeu as influências das mulheres que uniram forças às lutas sindicais e trabalhistas. [...] O feminismo brasileiro se fortaleceu nos anos de 1970 nos movimentos reivindicatórios pela anistia e de

resistência à ditadura, por meio da participação em partidos políticos, movimentos estudantis, comunidades de base e sindicatos (DELPRIORE, 1997). Em 1975, foi realizada a I Conferência Mundial da Mulher, cujos debates pautaram-se na questão do divórcio, nos espaços público e privado, no aborto, na sexualidade, na violência contra as mulheres, na participação política e na autonomia das mulheres. [...] Em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que agregando forças aos demais movimentos de luta, enfrentaram o debate e as batalhas na Assembléia Nacional Constituinte, durante os anos de 1986 e 1988. Nesse período, foi elaborada e entregue ao Congresso Nacional, a Carta das Mulheres Brasileiras para os Constituintes.

Particularmente, a década de 1980 é marcada pelo processo de expansão de novos espaços governamentais, a exemplo das iniciativas de controle social voltadas para a participação das mulheres em Conselhos de direito e também em outros cargos estatais.

Na entrada da década de 1990, com a política neoliberal se fortalecendo exigindo o afastamento do Estado da responsabilidade com os direitos sociais, os espaços institucionais de participação política possibilitaram, em alguma medida, colocar o debate sobre as reivindicações feministas nas pautas de discussão do Estado. Contudo, a incorporação da participação das mulheres – muitas delas integrantes dos movimentos feministas – nos espaços institucionais do governo foi um contexto problemático no período, devido à questão da autonomia dos movimentos feministas em relação ao Estado. Nesse sentido, vale ressaltar que:

[...] a forma de recrutamento das mulheres para ocupar posições em conselhos ou em outros órgãos estatais é definidora da relação do movimento com o Estado e da independência do primeiro em relação ao segundo. Se o recrutamento ocorre a partir do Estado, a tendência é que partido e movimento venham a se confundir, resultando daí que, por mais feministas que sejam as mulheres recrutadas, elas acabarão ficando de alguma forma comprometidas com as propostas de governo. De outra sorte, se o recrutamento realiza-se a partir dos movimentos, há em princípio a possibilidade de se construir um espaço mais independente (PINTO, 2003, p. 71).

Da mesma forma, as ONGs feministas na década de 1990, ganharam espaço no cenário político institucional, sendo financiadas pelo governo e organizações internacionais, representantes do grande capital. Dessa forma, nos explica Cisne (2014, p. 146) que,



[...] embora o feminismo institucionalizado seja supostamente representante dos interesses das mulheres, temos, na prática desse feminismo, um vínculo muito mais estreito com os interesses de seus financiadores, uma vez que, ao fim e ao cabo, são estes que determinam as áreas e a forma de atuação e até mesmo a linguagem da maioria das ONGs.

Na medida em que os movimentos feministas se comprometeram cada vez mais com os processos de organização do Estado e se inseriram maciçamente nos espaços das ONGs, o tom do discurso “bem comportado” era reflexo da submissão desses movimentos aos financiadores dessas organizações. A incorporação do conceito de *gênero* no Brasil foi conveniente para legitimar o controle sobre a radicalidade da luta política dos movimentos feministas.

Por tratar-se de um conceito polissêmico e abrangente, o mesmo também pode ser apreendido nos diversos campos do conhecimento, carregando consigo distintas perspectivas teóricas, sejam elas de matrizes conservadoras ou críticas. Neste trabalho, não se tem a pretensão de aprofundar as diferentes acepções, todavia, cabem alguns destaques a partir do pensamento de algumas autoras.

Gayle Rubin, uma das primeiras teóricas a mencionar o conceito de *gênero*, define o que ela chamou de *sistema de sexo/gênero* enquanto uma “série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2). Em outras palavras, é o sexo transformado pela cultura. Nesse ensaio, a autora apresenta uma dicotomia entre sexo e *gênero*, no qual o sexo se configura no campo da natureza humana, da biologia, ao passo que *gênero* é associado ao domínio das relações sociais e da cultura.

A autora se utiliza dos estudos sobre parentesco de Lévi-Strauss para formular a questão da subordinação das mulheres pelos homens. Para ela, a cultura se justapõe à natureza, na medida em que compreende que as diferenças entre homens e mulheres não estariam apenas limitadas ao sexo, mas acima de tudo na cultura, na qual o *gênero* estaria pautado. Ela pontua que o sistema de parentesco tem como um de seus princípios a troca de mulheres para o casamento, sendo elas apenas o objeto de troca e os homens aqueles que estabelecem essa troca.

É interessante levar mais adiante esse tipo de empreendimento dedutivo até mais longe do que o fez Lévi-Strauss, e explicar a estrutura lógica subjacente a toda a sua análise do parentesco. Num nível mais geral, a organização social do sexo repousa no gênero, a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina. Gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco repousam sobre o casamento. Portanto eles transformam machos e fêmeas em “homens” e “mulheres”, cada qual uma metade incompleta que só pode encontrar a completude unindo-se à outra. Homens e mulheres são de certo diferentes. Mas eles não são tão diferentes quanto o dia e a noite, a terra e o céu, o *yin* e *yang*, a vida e a morte. De fato, do ponto de vista da natureza, homens e mulheres são mais próximos entre si do que qualquer um dos dois em relação a uma outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A idéia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si que do que cada um o é de qualquer outra coisa, deve vir de algum outro lugar que não a da natureza (RUBIN, 1993, p. 11-12).

Assim, Rubin apresenta uma dicotomia entre sexo e *gênero*, desconsiderando o sexo enquanto categoria social. Nesse aspecto, Saffioti (2004, p. 108-109) explica que “é possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade. [...] A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida”.

As elaborações sobre *gênero* ganharam refinamento ao serem analisadas por meio da perspectiva de outras autoras. No pensamento da historiadora Joan Scott, *gênero* é definido por meio de dois núcleos, sendo assim, entende que “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Também orienta sua concepção sobre *gênero* enquanto uma categoria analítica e histórica. A autora compreende a necessidade de se atribuir *status* analítico e histórico ao *gênero*, tendo em vista que este carrega historicamente relações sociais que estruturam as desigualdades entre homens e mulheres, dessa forma, seria uma categoria de análise útil para a história e não apenas para a história das mulheres. Ainda, critica em seu famoso texto “Gender: a useful category of historical analysis<sup>2</sup>” de 1988 o uso descritivo que as/os historiadoras/es da época fazem de *gênero*, entendendo que dessa forma colocavam em segundo plano esse debate, além de retirar seu caráter político.

---

<sup>2</sup> Traduzido em português em 1995 com o título: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.

Esses usos descritivos do termo “gênero” foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno. À medida que os/as historiadores/as sociais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero tornava relevante temas tais como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero. Em outras palavras, esse uso de “gênero” refere-se apenas àquelas áreas, tanto estruturais quanto ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos. Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder. Isto tem como efeito a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens). Ainda que, nessa utilização, o termo “gênero” sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam (SCOTT, 1995, p. 76).

Um dos pilares da sua concepção de *gênero* está na compreensão de que esta categoria é “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). No entanto, a autora refere que não é o único campo que permite significar relações de poder. Sendo assim, é necessário apontar que Scott considera ao longo do seu texto a existência das outras dimensões como classe social e raça/etnia. Porém, é importante demarcar que ela isola *gênero* dos outros eixos, ou seja, não traz gênero, classe, raça/etnia numa relação intrínseca, dessa forma, fragmenta a realidade que é composta por essas cisões.

A litania “classe, raça e gênero”, sugere uma paridade entre os três termos mas, na verdade, eles não têm um estatuto equivalente. Enquanto a categoria “classe”, tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, “raça” e “gênero” não carregam associações semelhantes (SCOTT, 1995, p. 73).

Outro aspecto que demarca o pensamento da autora, é que a realidade é instituída pelo discurso, não delimitando as bases materiais que constituem essa realidade. Portanto, sua análise sobre *gênero* se restringe ao campo da linguagem, sendo o discurso a chave que determina as relações da sociedade.

A linguagem, para Scott, constrói significados independentemente de sua base material. Isto significa levar às últimas consequências o desconstrutivismo de Derrida. Não se nega a capacidade do discurso de instituir padrões de conduta, na medida em que ele é uma poderosa tecnologia de gênero (LAURETIS, 1987), qualquer que seja o campo ideológico em que se situe. Para colocar esta ideia em outros termos, negar a força do discurso significaria ser cego para o poder da ideologia e, mais elementarmente, para a capacidade de penetração da publicidade nos desejos e relações humanas. Entretanto, não se pode esquecer que o discurso está sempre, negativa ou positivamente, referido às condições materiais e não-materiais da existência concreta de seus produtores. Ou seja, a linguagem não é apenas instituinte; é também instituída. Donde não se pode resolver o problema da transformação pela mera desconstrução do discurso. A desre-construção deste exige o concurso da materialidade da vida cotidiana. Em outros termos, privilegiar o discurso no processo de devir histórico, como fazem os pós-estruturalistas, significa ancorar-se no idealismo para combater o materialismo (SAFFIOTI, 1999b, p. 145).

A socióloga brasileira Heleieth I. B. Saffioti deu contribuições fundamentais sobre as elaborações sobre *gênero*. Traçando uma abordagem no sentido oposto às autoras citadas acima, situa suas análises no campo do materialismo histórico. Ela compreende que *gênero* é uma categoria ontológica, e não apenas histórica e de análise como entende Scott. Dessa forma, a autora toma por base a ontologia no sentido lukacsiano, que se refere a ‘coisa em si’ ao ser humano na sua relação com a natureza e com os outros seres humanos.

[...] o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados “domínios do espírito”. De modo igualmente enérgico, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do “darwinismo social”. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais (LUKÁCS, 2012, p. 286-287).

Portanto, ao compreender *gênero* como uma categoria ontológica, Saffioti refere que este está mediado pela natureza por meio do sexo, mas não se esgota nele, e, na medida em que se torna mais complexa a vida orgânica, institui a

construção de relações sociais entre homens-homens, mulheres-mulheres e homens-mulheres, que ao estarem situadas no metabolismo da ordem patriarcal de gênero, determinam relações de poder.

[...] o gênero inscreve-se no plano da história, embora não possa jamais ser visto de forma definitivamente separada do sexo, na medida em que também está inscrito na natureza. Ambos fazem parte desta totalidade aberta, que engloba natureza e ser social. Corpo e psique, por conseguinte, constituem uma unidade. [...] Há, no entanto, um vínculo orgânico entre gênero e sexo, ou seja, o vínculo orgânico que torna as três esferas ontológicas uma só unidade, ainda que cada uma delas não possa ser reduzida à outra. Obviamente, o gênero não se reduz ao sexo, da mesma forma como é impensável o sexo como fenômeno puramente biológico (SAFFIOTI, 2004, p. 135).

Para a autora, *gênero*, pela sua condição relacional, necessita estar vinculada à categoria *patriarcado* para determinar o vetor da hierarquia (SAFFIOTI, 2004). Portanto, é preciso demarcar o adversário, sendo este a *ordem patriarcal de gênero*. Tratar a realidade em termos exclusivos ao conceito de *gênero* significa camuflar o poder que a ordem possui.

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Também é destacado no pensamento da autora a sua perspectiva de análise da sociedade por meio do Sistema de Dominação/Exploração, formado por aquilo que a mesma denominou de “nó” entre as três bases hierárquicas: capitalismo, racismo e patriarcado. Ela compreende essas bases como inseparáveis e não atribui primazia a uma delas, visto que, ao privilegiar uma dessas hierarquias, poderia acarretar “sérias consequências do ponto de vista das estratégias de luta

dos contingentes humanos oprimidos, dominados, explorados” (SAFFIOTI, 1987, p. 61).

Há três eixos principais que estruturam a sociedade brasileira: o gênero, a raça/etnia e a classe social. Estas contradições não operam isoladamente. [...] As três hierarquias que poderiam ser tomadas abstratamente, cada uma *per se*, só fazem sentido no movimento que descrevem no interior do nó. As condições históricas determinam qual delas será dominante naquele momento, sem prejuízo de as demais assumirem este papel em outra conjuntura. Em outros termos, a sociedade não conhece uma única cisão, mas fundamentalmente três, e as mulheres, assim como os homens, não constituem uma categoria homogênea, apresentando interesses de classe e de raça/etnia inconciliáveis (SAFFIOTI, 1999b, p. 142).

Ao encontro da perspectiva do materialismo histórico, também se situam as autoras feministas francófonas que trabalham com o conceito de *relações sociais de sexo*, ao invés da utilização do conceito de *gênero*. Na língua francesa, é denominada de *rappports sociaux de sexe* e não *relations sociales de sexe*, tendo em vista que a palavra *rapport* define relações na esfera macrossocial, das relações estruturais, enquanto que *relations* refere-se às relações no campo da individualidade e do cotidiano (CISNE, 2014).

As motivações que impulsionaram as autoras feministas francófonas à utilização de um conceito a outro não se dão apenas por uma questão de rebatimentos na linguagem, mas se trata também de uma perspectiva política. Segundo Devreux (2005, p. 562), “nos estudos franceses em torno da dominação dos homens sobre as mulheres, gênero e relações sociais de sexo não são conceitos opostos. Frequentemente são usados como sinônimos, mas, [...] se distinguem sob muitos ângulos”.

Uma dessas distinções diz respeito ao fato de que compreendem que o conceito de *relações sociais de sexo* nomeiam os sujeitos, e, sobretudo, demarcam as relações sociais entre esses sujeitos, ou seja, relações sociais que necessariamente são antagônicas no modo de produção capitalista. Nesse sentido, explica Devreux (2005, p. 564) que “a relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”.

Uma dimensão interessante a ser destacada neste conceito e provavelmente é o que lhe confere substancialidade diz respeito à sua origem, uma

vez que nasceu estreitamente vinculada aos estudos sobre divisão sexual do trabalho. Dessa forma, a utilização desse conceito assegura também a demarcação da centralidade da categoria trabalho para os estudos feministas (CISNE, 2014).

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres, os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas. Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões. Assim, podemos apresentar as seguintes proposições: as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu*<sup>3</sup> das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009, p. 71).

Com relação às críticas elaboradas ao conceito de *gênero*, há confluência entre o pensamento dessas autoras e o de Saffioti (2004), quando apontam que essa utilização é um conceito polissêmico. Devreux (2005, p. 564), explica que:

Em francês a palavra “gênero” é polissêmica. Recobre uma definição vaga, incerta do conceito, segundo os pesquisadores ou segundo os atores, ou instituições que a empregam. Algumas vezes, é o sexo do registro de nascimento (o problema existe principalmente em inglês), outras vezes é o gênero gramatical e, outras vezes ainda, a categorização social. Em francês a palavra “gênero” possibilita que evitemos pronunciar a palavra sexo e de fazer referência ao “sexo” (*sex*, em inglês), à sexualidade.

Devreux (2005) também aponta que o conceito de *gênero* foi mais bem aceito nos espaços acadêmicos, tendo em vista o seu caráter genérico, portanto polido. Dessa forma, na medida em que *gênero* não nomeia os sujeitos e também se apresenta destituído de demarcações hierárquicas, não apresenta em si caráter de confronto direto no que concerne às discussões sobre a dominação masculina.

Penso que a utilização do conceito de “gênero” permitiu às pesquisadoras francesas serem percebidas como menos agressivas,

---

<sup>3</sup> O que está em jogo, em disputa, desafio.

menos “feministas”, por suas instituições e por seus colegas homens. Não chocando, elas pensavam chegar mais facilmente a um consenso científico sobre a questão da dominação masculina, mantendo-se mais politicamente corretas. De certa maneira, elas eram mais “polidas”, não nomeando nem a violência e o antagonismo contidos na idéia de “relação social”, nem o critério um pouco animal de “sexo”. É também o que permitiu, em minha interpretação, que pesquisadores homens ingressassem nesta área de pesquisa científica, tornada, assim, mais consensual. Porque, um pouco como ocorre com o termo “condição feminina”, o termo “gênero” evoca a idéia de um problema social sofrido pelas mulheres, de uma desigualdade social construída, mas na qual os homens não seriam atores. Incluídos na construção de gênero e defendendo sua situação, classificados como gênero masculino apesar deles, nada teriam a ver com os efeitos dessa classificação (DEVREUX, 2005, p. 564).

Reiterando essa perspectiva, Cisne (2014) faz referência aos problemas da utilização de *gênero*, tendo em vista sua baixa capacidade de compreensão fora do âmbito acadêmico, sendo, muitas vezes, dissociado da luta política dos movimentos feministas. Além disso, explica que ao ser desvinculado das perspectivas de classe e raça, torna-se estereótipo do ponto de vista da luta concreta.

Creemos, então, que gênero dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo. A começar pela ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher, especialmente quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado e/ou à categoria mulher, a qual os “estudos de gênero” substituiu em grande medida. Isso provoca um sério problema político em termos de desdobramentos para o feminismo, afinal, não podemos, em nenhuma situação, ocultar o seu sujeito político central: a mulher. Sem esse sujeito, o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito (CISNE, 2014, p. 67).

Outro aspecto no pensamento das feministas francófonas refere-se à concepção de que as relações de sexo, classe e raça são “consustanciais” e “coextensivas”, aspecto este que se alinha à ideia do “nó” que Saffioti também apresenta.

A ideia de consustancialidade, como espero ter mostrado, não implica que tudo esta vinculado a tudo; implica apenas uma *forma de leitura da realidade social*. E o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se as outras e construindo-se de maneira recíproca. [...] Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há uma relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do



fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um *tour* de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo. Quanto à coextensividade, ela aponta para o dinamismo das relações sociais. O conceito procura dar conta do fato de que as elas se produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 100).

Buscamos, até o momento, trazer algumas concepções sobre *gênero e relações sociais de sexo*. É evidente que existem outras autoras/es que elaboraram outras concepções sobre *gênero*. Contudo, nos deteremos neste trabalho à essas formulações apenas para demonstrar inicialmente o quanto *gênero* tem potencial de mobilidade, podendo ser apropriado por qualquer perspectiva teórica, sejam elas de matrizes críticas ou conservadoras.

## **1.2. A Ordem Patriarcal de Gênero à luz do Materialismo Histórico Dialético**

Para realizar uma apropriação adequada do conceito de *gênero*, do ponto de vista crítico, é necessário ressaltar que neste trabalho adotaremos a perspectiva do materialismo histórico dialético, que visa apreender a realidade a partir de sua base material. A fim de delinear tal concepção, iremos tecer as considerações sobre as orientações que fundam nossa perspectiva teórica.

Marx e Engels elaboraram as primeiras premissas do materialismo histórico dialético em *A ideologia Alemã*, traçando contraposições à filosofia alemã do período em que viviam que era regida por um sistema filosófico bem determinado, sendo este o idealismo de Hegel. A concepção apresentada pelos autores inaugurava uma perspectiva metodológica diferente para a apreensão da realidade.

Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos. [...] Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2009, p. 31-32).

Nesse sentido, o ponto de partida desta pesquisa é o mundo concreto, partindo-se de sujeitos reais e suas condições materiais de vida. Dessa maneira, a existência humana é condicionada ao *trabalho*, sendo este o momento fundante da humanização do ser social. Defende-se que, para viver é necessário a produção de bens para a manutenção da vida humana, sendo o *trabalho* a mediação que possibilitará ao ser social a transformação da natureza com a finalidade de satisfazer suas necessidades.

O *trabalho* é, portanto, expressão teleológica primária do ser social que, dotado de consciência, projeta idealmente o resultado de seu trabalho desde o início do processo. Este fenômeno é inexistente nos animais, visto que é percebida a capacidade destes de transformarem a natureza, entretanto, sem o recurso da consciência. Para tanto, explica Marx (2013, p. 255-256) que “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”.

Esse processo de trabalho em seu momento simples não ultrapassa sua função de produzir valor de uso, isto é, que se efetiva apenas para a produção de bens para o uso e consumo das necessidades humanas (MARX, 2013). No desenvolvimento do capital, o ser social produz novas necessidades que extrapolam o caráter individual do trabalho. Assim, deixa de ser um propósito a produção de coisas úteis, e o sentido do trabalho passa ser meio e não mais uma “primeira necessidade de realização humana” (ANTUNES, 2005, p. 69). Nessa compreensão, as relações de produção no capital passam a ser mediadas pelo valor de troca das mercadorias.

Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa qu'on aime pour lui-même [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor (MARX, 2013, p. 263).

No processo de produção capitalista, as mercadorias ocultam a dimensão social do trabalho, apresentando-se enquanto relações reificadas. Contudo, embora as relações se expressem por meio de objetos, mercadorias, dinheiro, etc, elas se legitimam pelo seu caráter social delimitado por esse modo de produção. “Assim, a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 36).

Neste estágio, o trabalho torna-se mais complexo e social, tendo em vista que se trata não apenas do intercâmbio entre o homem e a natureza, mas também dos desdobramentos da divisão social do trabalho que divide a sociedade em classes, configurando assim as relações de compra e venda da força de trabalho.

Com o desenvolvimento social tem lugar a divisão do trabalho, fazendo com que a atividade ideal-consciente deixe de ser inteiramente subordinada à atividade prático-material e a atividade intelectual dela se diferencie (MARX; ENGELS, 1977<sup>a</sup>; MARKUS, 1974b). Com a progressiva divisão do trabalho, este se torna cada vez mais social aprofundando-se a dimensão de universalidade do homem como ente genérico, isto é, social e histórico. De outra parte, a divisão do trabalho e com ela a emergência da propriedade privada geram a repartição desigual do trabalho e de seus produtos. O indivíduo, separado de seu produto, não é capaz de apropriar-se das objetivações (atividades, produtos, meios de trabalho) por ele produzidas como parte do trabalhador coletivo: da ação conjugada de vários indivíduos, reciprocamente dependentes, entre os quais é partilhado o trabalho social (IAMAMOTO, 2012b, p. 42-43).

A força de trabalho, nesse processo, torna-se mercadoria especial, “cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital” (ANTUNES, 2005, p. 69). A transformação da força de trabalho em mercadoria implica na destituição da condição de humanidade do ser social. Assim, “o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens” (MARX, 2010, p. 80).

Dessa forma, o trabalhador, despossuído dos meios de produção, necessita vender a sua força de trabalho para prover sua condição de subsistência. Nesse processo de produção, o resultado de seu trabalho já não lhe pertence mais, assim como a sua própria força de trabalho transformada em mercadoria.

Essa estrutura, na qual o modo de produção capitalista é organizado, garante as condições necessárias para que se sustente a exploração do trabalho, para a produção coletiva da riqueza e apropriação privada da mesma. Instala-se assim, a contradição entre as classes sociais: a burguesa e trabalhadora.

Esse metabolismo do capital também é sustentado por outra particularidade que diz respeito à divisão sexual do trabalho. Dessa forma, é necessário reafirmar que a classe trabalhadora não é homogênea, mas possui dois sexos (SOUZA-LOBO, 1991), sendo o trabalho das mulheres inserido historicamente no processo de produção e reprodução de forma a ser apropriado mais extensa e intensivamente pelo capital, para ser explorado e gerar taxas mais elevadas de lucro. Portanto, tornar evidente essa categoria é indispensável para analisar o modo de produção capitalista e suas contradições.

Nesse sentido, ao tratarmos da sociedade de classes nesse trabalho, consideramos que esta não se configura por si mesma, mas enovelada com a ordem patriarcal de gênero e étnico/racial.

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso, “refuncionaliza”, por exemplo, as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas” (CISNE, 2015, p. 124).

Nesse sentido, compreendemos este modo de produção constituído pelas três bases hierárquicas que formam o que Saffioti (2004, p. 125) chamou de “nó”:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes. Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova

realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

Na mesma perspectiva, Kergoat defende a compreensão de que as relações sociais produzidas por essas bases hierárquicas são “consustanciais” e “coextensivas”, perspectiva esta que também compartilhamos e que neste trabalho agrega à concepção da metáfora do “nó” de Saffioti. Desta forma, ela explica que:

As relações sociais são consustanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível de práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de “raça”, se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2012 apud CISNE, 2014, p. 68).

No caminho dessa compreensão, trata-se de uma única ordem que domina e explora, sendo este o que chamaremos neste trabalho de Sistema de Dominação/Exploração (SAFFIOTI, 1987), sustentado pelas três dimensões que carregam em si particularidades, dessa modo, sendo uma unidade no diverso.

A divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como a base que constitui as assimetrias e hierarquias dessa organização do trabalho entre homens e mulheres (CISNE, 2014). Além disso, essa forma de divisão do trabalho está pautada em dois princípios, segundo Kergoat (2009), o da separação que implica em trabalhos específicos para homens e para mulheres, ou seja, a esfera produtiva delegada aos homens e a esfera reprodutiva às mulheres; e o princípio da hierarquização, que transfere aos homens os trabalhos de maior prestígio social, além de atribuir maior valor no trabalho destes do que em trabalhos desempenhados por mulheres.

Entretanto, ainda explica a autora que, em termos de divisão sexual do trabalho, é necessário ultrapassar as simples constatações das desigualdades perpetuadas por essa dinâmica. É preciso “articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades” (KERGOAT, 2009, p. 72).

O processo de produção e reprodução da vida social é condição necessária para a perpetuação do capitalismo. Portanto, envolve a produção e reprodução da classe trabalhadora, que sustenta o capital. Esta tem uma dupla

natureza de consumo que influencia este processo, sendo estes o consumo produtivo e o individual:

Na própria produção, ele [trabalhador] consome, por meio de seu trabalho, meios de produção, transformando-os em produtos de valor maior que o do capital adiantado. Esse é seu consumo produtivo. Ao mesmo tempo, ele é consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Por outro lado, o trabalhador gasta em meios de subsistência o dinheiro pago na compra da força de trabalho: esse é seu consumo individual. O consumo produtivo e o consumo individual do trabalhador diferem, portanto, inteiramente. No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador (MARX, 2013, p. 646).

Portanto, o consumo individual possibilita a condição de produção e reprodução da própria classe trabalhadora, em outras palavras “o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital” (MARX, 2013, p. 647). Assim, no âmbito da produção e reprodução da vida social, podemos conferir a materialidade dos processos de diferenciação e hierarquização da divisão sexual do trabalho. Porém, não se trata de campos de trabalho distintos, mas consubstanciais, que se articulam na esfera social, conforme nos explica Devreux (2005, p. 567-568).

Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

A necessidade de perceber a divisão sexual na articulação entre o trabalho produtivo e reprodutivo nos possibilita compreender que essa relação faz parte de uma única ordem que domina e explora as mulheres e segue se apropriando das supostas “qualidades” femininas para a elevação dos lucros do capital (CISNE, 2014).

Para tanto, a formatação dessa divisão do trabalho, determinada pelas contradições do capitalismo, da ordem patriarcal de gênero e do racismo, se

caracteriza por destinar os espaços públicos para os homens e os espaços privados às mulheres. Sendo assim, as mulheres no campo da reprodução social são funcionais ao capital, na medida em que possibilitam as condições objetivas de vida para a reprodução da força de trabalho dos membros de sua família no espaço privado, garantindo o retorno destes para as atividades de produção.

Portanto, as mulheres realizam um trabalho não remunerado, tornando-se condição indispensável para o processo de produção de riqueza do capital.

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2015, p. 124).

Vale dizer que, assim como o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo é condição indispensável para a existência humana, não podendo existir uma justaposição entre essas dimensões. Contudo, o problema reside na sexualização desses campos. Nesse aspecto, é importante acrescentar que, a respeito do trabalho reprodutivo este:

[...] se tornou um papel "sexualizado", no qual a mulher apresenta uma habilidade natural, movida pelo afeto e pelo amor, por isso não pode ser elevado à categoria de trabalho ou de atividade fundamental à economia, visto que se trata de algo quase "instintivo". Esta imagem construída do trabalho doméstico segmentou as mulheres a uma esfera invisível, excluindo-as como sujeitos da história (CARLOTO; GOMES, 2011. p. 133-134).

A outra face do trabalho reprodutivo que se desenvolve nesse Sistema de Dominação/Exploração diz respeito ao controle da sexualidade das mulheres. Portanto, as mulheres não são captadas por esta ordem apenas para desempenhar um trabalho marginalizado no sistema produtivo, valorizando o capital com sua força de trabalho precarizada e mal-remunerada, quando remunerada. Mas também se refere à reprodução ou a contenção reprodutiva, dependendo do

momento histórico e econômico, de novos membros familiares para aumentar o contingente de força de trabalho disponível para a ordem social vigente.

[...] a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, cujo caso exemplar foi do nazismo com a doutrina dos três Ks, isto é, criança, cozinha, igreja (em alemão, as três palavras começam com a consoante k) para as mulheres produzirem carne para canhão; seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, política que tem vigorado em muitas nações durante décadas (SAFFIOTI, 2009, p. 11).

A inserção das mulheres na esfera produtiva do trabalho não as onerou de serem responsabilizadas pelo trabalho doméstico. Pelo contrário, quando atuantes no setor de produção, são alocadas em atribuições que demandam supostas “qualidades femininas” e/ou trabalhos que são verdadeiras extensões de seus lares. Dessa forma, “isso permite que as atividades realizadas pelas mulheres não sejam percebidas, tampouco, valorizadas como um trabalho especializado, o que serve de justificativa para os baixos salários” (CISNE, 2014, p. 91).

Mesmo trabalhando no setor produtivo, na esfera reprodutiva continuam sendo as mulheres responsáveis pelos cuidados domésticos e familiares, desempenhando assim, uma jornada intensiva e extensiva de trabalho.

Se a participação das mulheres no mercado de trabalho se ampliou consideravelmente nas últimas décadas, este movimento não foi acompanhado pela ruptura das rígidas fronteiras da divisão do trabalho na esfera familiar. As mulheres ampliam sua participação no trabalho remunerado carregando consigo as tarefas domésticas e de cuidado, enfrentando no cotidiano uma tensão permanente. Se há variações na participação das mulheres no mercado de trabalho, a participação no trabalho doméstico permanece invariável (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 23).

Os cuidados da família sempre permaneceram sob responsabilidade das mulheres, inalteravelmente, embora, em algumas situações, ela possa “comprar” o trabalho de outra mulher para desempenhar essas atividades de cuidado. O que nos leva a perceber que a emancipação da mulher é uma ação coletiva e não individual, à medida em que a emancipação necessita ser alcançável por todas as



mulheres enquanto categoria social, de todas as classes sociais e raças/etnias, o que nos permite relacionar esse contexto à categoria de *emancipação humana* no sentido marxiano, que não se restringe à *emancipação política*.

Toda emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral. Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* [forças próprias] como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – é só então que está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p. 71-72, grifos originais).

Podemos considerar que a emancipação política confere aos sujeitos uma emancipação nos limites da sociabilidade burguesa. Ao pensar a emancipação política das mulheres, esta se restringe ao campo dos direitos individuais, embora nessa sociabilidade a emancipação política represente um progresso. Contudo, a verdadeira emancipação se configura na superação da sociabilidade burguesa, extrapolando os limites da emancipação política. Portanto, só é possível na concepção de uma sociedade sem exploração e dominação de classe, gênero e raça/etnia, isto é, nas configurações de uma sociedade comunista, desde que construída na relação com a perspectiva da luta feminista<sup>4</sup>, a fim de garantir a emancipação das mulheres nessa nova ordem.

Ainda, vale dizer que a luta pela emancipação das mulheres é de modo direto e geral a luta pela emancipação humana, uma vez que “a luta feminista não é uma questão de interesse apenas das mulheres, mas da humanidade que se pretende livre” (CISNE, 2014, p. 115).

Neste sentido, é fundamental a apreensão da realidade em seu movimento tendo em vista captar as determinações sócio-históricas, políticas e econômicas que sustentam um modo de sociabilidade baseado na exploração-dominação.

Para tanto uma categoria fundamental de análise é a *totalidade*, tendo em vista que apreender a totalidade não significa conhecer todos os aspectos da realidade sem exceções, mas pode ser compreendida enquanto “um todo

---

<sup>4</sup> Aqui nos referimos ao feminismo materialista que tem como horizonte o socialismo e a superação de todas as formas de dominação/exploração.

estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002, p. 44). Isto é, trata-se de entender essa realidade como dinâmica e aberta. Ainda vale dizer que é um todo estruturado na medida em que torna-se cognoscível para elaborações, portanto não é caótico, o que impossibilitaria a compreensão.

Uma das principais diferenças entre a concepção de ciência burguesa e marxiana, segundo Lukács (2012), é a forma de análise do ser social por meio do princípio da *totalidade*. Portanto, esta é considerada enquanto a composição de um grande complexo constituído por outros complexos. Dessa forma, “toda parte é também aqui um todo; o ‘elemento’ é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto” (LUKÁCS, 2012, 306-307).

A totalidade manifesta dimensões de características singulares, particulares e universais. Assim, a singularidade projeta-se no plano do cotidiano, e se apresenta na aparência dos fenômenos e nas suas manifestações imediatas. Todavia, é despida *a priori* de determinações históricas. Segundo Pontes (2016, 97), “na singularidade, as mediações, as determinações, enfim, a própria legalidade social estão inteiramente ocultas. [...] É exatamente porque a singularidade corresponde à dimensão da imediatividade que o sujeito cognoscente apreende as categorias sociais como formas autônomas de ser”.

O caráter imediato da singularidade não a torna menos relevante nesse processo, considerando que é nessa dimensão que se estabelecem as aproximações iniciais para o conhecimento da realidade. Portanto, “a singularidade é essencial para a reconstrução do real (insuprimível como tal e parte da totalidade social), mas insuficiente por se apresentar sempre imediatamente” (SANT’ANA E SILVA, 2013, p. 188).

O processo de alcance da essência invariavelmente ocorre mediado pela aparência, pelo fenômeno, ou seja, sempre o sujeito parte dos fatos – que na forma fenomênica é uma abstração – , desocultando a essência através da superação da positividade dos fatos, negando-os para agarrar, através de múltiplas mediações, a totalidade concreta que, em última análise, se constitui na própria essência das coisas (PONTES, 2016, p. 94).

A singularidade se realiza na sua relação com a universalidade, sendo esta uma dimensão regida pelas determinações das leis tendenciais da sociedade, que não se apresenta de forma aparente aos sujeitos. A particularidade também compõe essa relação, sendo que é possível entendê-la como o campo de mediações, responsável por ser o canal de passagem entre os complexos da totalidade. Em síntese, “o reino da particularidade é o reino das mediações, das conexões explicativas realmente existentes e mentalmente reconstruídas pela razão ontológica” (SANT’ANA E SILVA, 2013, p. 189). Embora sejam realizadas caracterizações individuais de cada dimensão, nos processos sociais esta separação é inexistente.

Pensar o movimento do real em sua totalidade não é destituí-lo de seus complexos particulares, mas, ao contrário, pressupõe analisá-los por meio do parâmetro da totalidade, considerando as mediações necessárias para a compreensão das suas múltiplas determinações.

Nesse sentido, é possível apontar que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta, que se apresenta saturada de determinações que regem as relações sociais estruturantes dessa sociedade. Dessa maneira, a apreensão das mediações postas no movimento do real necessita partir das contradições que constituem o Sistema de Dominação-Exploração, sendo estas pautadas na produção e reprodução mútua entre a ordem patriarcal de gênero, racismo e capitalismo.

A ordem patriarcal de gênero pode contribuir enquanto mediação necessária para compreender as relações sociais intrínsecas à sociedade burguesa, desde que situada na dinâmica do Sistema de Dominação/Exploração e analisada por meio do princípio da totalidade. Portanto, constitui-se enquanto mediação importante para a compreensão das relações hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres que partem das contradições da divisão sexual do trabalho nesta sociabilidade do capital.

Além disso, vale ressaltar que o reconhecimento da existência das dimensões de gênero, classe e raça/etnia não configuram por si só uma análise dessa totalidade concreta. Por isso, é imprescindível apreender a relação dinâmica que funda essas dimensões de forma consubstancial/coextensiva (KERGOAT, 2010)

ou enveladas (SAFFIOTI, 2004), a partir das bases hierárquicas complexas e contraditórias que dominam e exploram os sujeitos.

## **CAPÍTULO 2: A MARCA DO SISTEMA DE DOMINAÇÃO-EXPLORAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIRAS/OS**

### **2.1 As condições sócio-históricas para a emergência do Serviço Social no Brasil**

O início do século XX no Brasil foi marcado pela transição do capitalismo concorrencial ao monopolista. Era um momento em que o capital experimentava desde o final do século XIX profundas modificações na sua dinâmica, trazendo consigo o acirramento da contradição entre capital e trabalho.

A organização monopólica alterou a sua forma de acumulação, sendo que no cerne das suas intenções reside a finalidade de obter “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011a, p. 20). Posto isso, o capital na fase dos monopólios modificou toda a estrutura da sociedade, direcionando ao extremo a socialização da produção e a apropriação cada vez mais privada da riqueza socialmente produzida. Desse modo, este estágio favorece a elevação do exército industrial de reserva, acirrando cada vez mais a luta de classes.

É neste contexto que se agravaram as expressões da “questão social”<sup>5</sup>. Sendo assim, apontamos que tais expressões não são apenas sinais da existência da miséria da população, mas também a reação da classe trabalhadora frente à sua exploração pelo capital, em especial na sua fase monopólica, sendo o modo de produção vigente compreendido enquanto elemento central e produtor da condição de pauperismo dos sujeitos. Assim, a “questão social”, se define como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir

---

<sup>5</sup> É necessária a utilização das aspas referente à expressão “questão social”, tendo em vista a sua apropriação por diversas vertentes de pensamento, a destacar a corrente conservadora. O conservadorismo converte a “questão social” em ação moralizadora, dessa forma, há uma naturalização de suas expressões (NETTO, 2011a). Neste trabalho compreendemos a necessidade de situar a “questão social” na complexa estrutura histórica determinada pela contradição de classes imanente ao capital.

outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 84).

No Brasil, as propostas de atividades para o enfrentamento das expressões da “questão social” eram, no início do século XX, desenvolvidas pelos setores dominantes da sociedade e organizações vinculadas ao Estado e à Igreja Católica, nas quais prevaleciam ações assistenciais e paternalistas que respondiam diretamente às requisições conservadoras da sociedade burguesa.

As instituições assistenciais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já – não apenas no nível da retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. Desde o início são obras que envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. [...] O surgimento dessas instituições se dá dentro da primeira fase do movimento de “reação católica”, da divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 176-177).

O Estado, por sua vez, compreendia as expressões da “questão social” como caso de polícia, e, para tanto, o uso da repressão policial era o principal meio para responder o adensamento da pobreza e a tentativa da classe operária de se organizar.

A Igreja, naquele momento, esforçava-se para se reorganizar internamente para reestabelecer o bloco católico, lançando-se numa verdadeira militância ativa<sup>6</sup>. É nesse sentido que a Igreja assumiu na sociedade brasileira um compromisso político e social, se inserindo nos meios populares com o objetivo de enquadramento e de um “resgate” das classes subalternas, interpretando-as como suscetíveis a ideologias subversivas que tivessem por objetivo a extinção da

---

<sup>6</sup> Segundo Iamamoto e Carvalho (2012), a necessidade de rearticulação das bases católicas, foi uma reação da Igreja à sua perda de hegemonia nos diversos espaços da sociedade, frente ao fortalecimento do Estado liberal. A perda dos privilégios da Igreja Católica ocorreu com o fim do Império e a implantação da primeira Constituição republicana do Brasil em 1891, esta última, determinou a laicização do Estado, sendo assim, a separação entre Estado e Igreja.

exploração da classe trabalhadora via superação do capital<sup>7</sup>. Entretanto, a penetração nas camadas populares, e em consequência sua cooptação, também serviria enquanto estratégia para reconquistar seus privilégios frente ao Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Sendo assim, a Igreja Católica assumiu uma posição política que expressa um alinhamento com uma determinada classe social, a burguesa. No entanto, vale ressaltar, que “a aliança da Igreja com a burguesia só vem a se configurar ao ver suas bases de legitimidade abaladas com a consolidação do capitalismo, e, da mesma forma, quando a burguesia se vê ameaçada pela classe trabalhadora” (CISNE, 2015, p. 49).

Esse alinhamento político, entre Igreja e burguesia, se expressou também pela conjuntura do Brasil na entrada do século XX. O país se situava ancorado economicamente pelo modelo agroexportador e marcado pelo apogeu da exportação do café. Além disso, era comandado politicamente pelas oligarquias paulistas e mineiras, representantes da produção do café e do leite respectivamente. Por meio da economia cafeeira, o Brasil começou a investir no processo de industrialização, tendo como principal mão de obra os imigrantes europeus recém-chegados pela ocorrência da primeira guerra mundial.

A imigração europeia no país trouxe importante contribuição para a disseminação do ideário anarquista e comunista, bem como as experiências nas organizações sindicais europeias.

A industrialização nascente precisava de mão-de-obra e, para isso, recorreu ao trabalho dos imigrantes europeus que trouxeram para cá as formas de consciência e organização do movimento anarquista. Os primeiros jornais dos trabalhadores, escritos em italiano e espanhol, testemunham o isolamento dessa classe social em formação. O desenvolvimento da indústria e o impacto causado pela revolução russa de 1917 propiciarão a entrada em cena dos comunistas. Uma peculiaridade sempre assinalada pelos historiadores é que o comunismo, no Brasil, não foi o resultado de uma cisão da social-democracia, como na Europa, mas um desdobramento do anarquismo. Depois, com a entrada dos tenentes no Partido Comunista e de seu líder, Luiz Carlos Prestes, outra peculiaridade irá se refletir no movimento operário e em sua

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que a doutrina da Igreja Católica compactuava com a proposta de uma sociedade alicerçada no bem-comum, não admitindo os excessos do capitalismo e seus aspectos individualistas em sua fase liberal, mas também se opondo ao comunismo, pela sua compreensão materialista sobre o homem (GUEDES, 2000).

organização política: a forte presença dos militares (FREDERICO, 2009, p. 258).

Nesse contexto marcado pela ação católica e pela conjuntura política e econômica do país, surgiu o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932. A criação do CEAS foi reflexo da rearticulação interna da Igreja Católica para reaver seus antigos privilégios na sociedade. Seu início se deu através do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”. Dessa forma, o objetivo central do CEAS era de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (CERQUEIRA apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 179).

Importante ressaltar que os objetivos do CEAS e sua proposta de ação social, pactuada com os setores da burguesia, estavam alinhados com a política anticomunista do período Vargas<sup>8</sup>. Assim, segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 180) havia “também uma clareza quanto ao sentido novo dessa ação social, se tratará de intervir diretamente junto ao proletariado para afastá-lo de influências subversivas”.

A nítida predominância de mulheres nas obras sociais era justificada na compreensão de uma suposta vocação natural das mesmas para tarefas de cunho caritativo e educativo. Foi com essa perspectiva que o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” do CEAS teve grande aceitação por parte de seu público, composto especificamente por mulheres, “principalmente das que já se ocupavam de obras de benemerência” (KIELH apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 179).

As ações desenvolvidas pelo CEAS incluíam principalmente a fundação de centros operários, que, segundo Iamamoto e Carvalho (2012), serviriam como organismos de transição para transformarem-se em associações de classe dirigidas pelas elites operárias.

---

<sup>8</sup> Com o que se convencionou chamar de “Revolução de 30”, Getúlio Vargas chega à presidência do Brasil enfrentando os reflexos da crise de 1929, que repercutiu negativamente sobre a exportação do café, ruindo as estruturas da oligarquia cafeeira e também nas condições de vida da população. Quanto à organização da classe trabalhadora, o seu governo foi marcado pelo controle institucional dos sindicatos e pelas medidas oficiais de repressão aos comunistas e a esquerda em geral, principalmente após a “Intentona Comunista” ocorrida em 1935 (FAUSTO, 2015).



Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção [nos centros operários] assumia, aos olhos dessas ativistas, *a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades*. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 182-183, grifos dos autores).

Com a emergência do capitalismo monopolista e a organização da classe trabalhadora avançando em meados da década de 1930, a caridade e a repressão policial não eram suficientes para suprimir as manifestações do pauperismo e conter os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora. Dessa forma, o Estado brasileiro, capturado pela burguesia, viu a necessidade de intervenção na “questão social” por meio da regulamentação das relações de trabalho<sup>9</sup>, bem como outras regulamentações referentes à proteção social, culminando na emergência das políticas sociais no país. Essa estratégia tornou-se viável à medida que servia aos interesses burgueses, buscando atenuar os conflitos sociais originados da luta de classes e exercer o controle sobre a classe trabalhadora.

Nesse sentido, se o governo Vargas enfrentou também com a polícia os componentes mais radicalizados do movimento operário nascente, em especial após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 106)

Netto (2011a, p. 31) explica que a “funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e controle da força de trabalho”. No entanto, as políticas sociais possuem caráter contraditório, na medida em que atendem aos interesses do capital possibilitando a manutenção da acumulação desse modo de

---

<sup>9</sup> Sobre a política trabalhista de Vargas, Fausto (2015, p. 187) salienta que esta foi implementada com a finalidade de “reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo”.

produção. Por outro lado, é resultado histórico da luta de classes, sendo que no contexto capitalista, estas políticas representam o atendimento de algumas das demandas da classe trabalhadora amenizando as condições extenuantes de trabalho. Devemos reforçar que tais demandas apenas são atendidas quando convenientes e funcionais ao capital, não colocando em xeque seus fundamentos.

É no bojo dessa conjuntura que se engendram na sociedade burguesa as condições sociais e históricas para a constituição do Serviço Social no Brasil. Nesse aspecto, o capitalismo dos monopólios é responsável por possibilitar as condições necessárias para o surgimento do Serviço Social brasileiro como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Temos então, uma profissão estreitamente vinculada ao surgimento das políticas sociais no país. Na medida em que estas foram implantadas, foi requerido um crescente quadro de profissionais do Serviço Social formadas/os pela primeira Escola de Serviço Social. Quanto à emergência da profissão, não se tratou da racionalização da filantropia e nem da evolução da ajuda, mas do rompimento com as mesmas, pois:

[...] na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional. [...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas. [...] Trata-se, justamente, do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida [...]. É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social (NETTO, 2011a, p. 73).

A primeira escola de Serviço Social no Brasil, alocada na cidade de São Paulo, teve sua inauguração em 1936. A formação profissional das primeiras turmas tinham suas bases consolidadas no apostolado social católico, sendo orientadas pela Doutrina Social da Igreja e também pela filosofia neotomista.

A Doutrina Social da Igreja tinha por base as Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, carregando a concepção a respeito da “questão social” que compreendia esta enquanto fruto de um problema moral da sociedade. Com essa perspectiva acreditava-se na coesão entre as classes e na redução das desigualdades sociais sem que se questionasse a viabilidade do capital

(GUEDES, 2000, p. 63). Já na filosofia neotomista destacamos alguns princípios que davam substância para essa perspectiva: a perfectibilidade da pessoa humana e o bem comum. Nesse sentido, compreendia que “a existência do homem não se esgota na esfera material, mas obedece a uma finalidade espiritual. A existência material inscreve-se, assim, no horizonte do *aperfeiçoamento para o infinito*” (GUEDES, 2000, p. 20, grifo original)

A organização social, segundo as Encíclicas Sociais da Igreja Católica e o neotomismo, é imprescindível para que o homem possa alcançar o fim último. Esta premissa é basilar para idealização de um capitalismo justo em que os operários sejam respeitados em sua dignidade humana. Para viabilizar esta ordem econômico-social idealizada, faz-se necessário, lutar contra o socialismo e o liberalismo desenfreado, porque estes são erigidos a partir da negação de traços essenciais da pessoa humana derivados de sua filiação divina. No neotomismo e na Igreja Católica postula-se uma revolução moral a partir da premissa de que o homem, como criatura de Deus, tende a um fim sobrenatural. O Serviço Social nasce como um instrumento a serviço desta “revolução” que interpreta a mudança histórica dos valores morais como transgressão à ordem hierárquica e divina da natureza, desvinculando-a das transformações societárias. Assim, o serviço social pretende “reformular valores” sem questionar os quadros econômico-políticos a partir dos quais se instaura a sociedade capitalista (GUEDES, 2000, p. 20-21).

Essa orientação do Serviço Social brasileiro conduzida pelos postulados da Igreja apresentava aspectos do conservadorismo romântico<sup>10</sup>, tomando por base a sua inspiração na matriz filosófica neotomista de origem franco-belga. No que se refere ao conservadorismo romântico, é necessário apontar que este ideário explicitava resistência ao racionalismo e à transformação, principalmente no que diz respeito aos princípios da Revolução Francesa e do iluminismo (LACERDA; GUEDES, 2006). Dessa forma, os românticos compreendiam que a aproximação do homem com a razão significava seu distanciamento de Deus.

Esse direcionamento teve suas bases importadas do Serviço Social europeu, quando o CEAS enviou suas associadas para uma formação na Europa, além de traçar esforços para trazer ao Brasil professoras francesas e belgas para conduzir a formação dessas escolas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012). Dessa

---

<sup>10</sup> As formulações sobre conservadorismo romântico, neste trabalho, foram extraídas de Nisbet (1981) e Romano (1981).

maneira, sendo o Serviço Social brasileiro originário dessa formação católica e com grande influência franco-belga, também é concebido a partir de uma formação com interesses diretamente vinculados à classe burguesa.

Frequentemente se tem atribuído à influência europeia determinadas características assumidas pelos pioneiros da implantação do Serviço Social entre nós. O autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário e a ausência de base técnica, que marcariam a atuação dos primeiros núcleos que se formam em São Paulo e no Rio de Janeiro, seriam típicos do Serviço Social europeu. E, a partir de sua transposição, seriam responsáveis pela orientação das práticas iniciais desenvolvidas por aqueles grupos. Se a importância e conteúdo da influência europeia aparecem claramente – e não apenas para o Serviço Social, mas para o conjunto das formas de organização e atuação do movimento católico – sua assimilação não pode ser atribuída a um simples fenômeno de transposição. *Aquelas características refletem uma ideologia e uma posição de classes determinadas.* O Serviço Social, tanto na Europa como no Brasil, surge como parte, ramificação de movimentos sociais complexos. [...] Nesse sentido será importante acentuar que, se a reorganização do bloco católico, que cria as bases para o surgimento do Serviço Social, está profundamente influenciada pelo modelo europeu [...] esse fenômeno não pode ser debitado apenas ao caráter transnacional da Igreja Católica, que é um dos aspectos da questão. A transposição e reelaboração desses modelos deverá estar caucionada, condicionada à existência de uma base social que possa assimilá-los, isto é, *que tenha uma ideologia e interesses de classe semelhantes* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 228, grifo nosso).

É necessário pontuar que a influência católica e europeia tiveram determinações essenciais na formação do Serviço Social brasileiro em sua emergência. Há que se destacar o imbricamento de classe presente nesse processo.

O Serviço Social se caracteriza, assim, por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas, reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico. A partir dessa base social, da origem de classe dos núcleos pioneiros do Serviço Social se pode deduzir que seu modo de ver o mundo e de agir em relação às populações clientes não tem a ver apenas com a influência europeia. Esse comportamento faz parte da própria ideologia das classes dominantes, pela origem, fortuna familiar ou capital cultural, que lhes confere uma superioridade natural em relação às populações pobres e legitima a forma paternalista e autoritária de sua intervenção. *O discurso dessas pioneiras demonstra a certeza de estarem investidas de uma missão de apostolado, decorrente não só da adesão aos princípios católicos, como de sua origem de classe.* Elementos que legitimam sua autoridade num

empreendimento de levantamento moral de uma população que vegeta no pauperismo e no rebaixamento moral (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 229, grifo nosso).

Incorporando esses princípios, as/os assistentes sociais daquele período interpretavam que precisavam revestir-se da mais íntegra formação moral para o exercício de suas funções, além de serem necessárias as seguintes características:

[...] um sólido preparo técnico [que] alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder às qualidades pessoais de inteligência e vontade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 233-234).

Tais características foram historicamente atribuídas pela ordem patriarcal de gênero à suposta natureza feminina, não foi por acaso que o Serviço Social surgiu enquanto profissão majoritariamente constituída por mulheres<sup>11</sup>. Portanto, a profissão foi caracterizada pelo exercício do cuidado, assim como tantas outras profissões<sup>12</sup> marcadas por esse processo de feminização.

[...] o Serviço Social adequou-se ao leque de oportunidades de carreira permitido às mulheres desde o fim do século 19, uma alternativa à inserção no mercado de trabalho. Essa inserção foi permitida pela sociedade à medida que as mulheres passaram a exercer trabalhos extensivos aos já exercidos por elas no mundo privado (CISNE, 2015, p. 54).

Nesse aspecto, as determinações da ordem patriarcal de gênero na origem do Serviço Social se deram pela constituição do seu quadro profissional ser composto majoritariamente por mulheres. Assim, não se trata de um essencialismo em relação à existência de um suposto perfil feminino da profissão, tendo em vista que “designar determinadas profissões como femininas significa admitir a existência do polo oposto, ou seja, a existência de profissões masculinas, que estariam interditas ao exercício de mulheres” (BEZERRA; VELOSO, 2015, p. 206). Pelo

---

<sup>11</sup> Apesar do Serviço Social ter seu contingente de profissionais composto por mulheres, também os homens se encontravam já na emergência da profissão no Brasil, embora em pequena quantidade, assim como permanece o quadro hoje.

<sup>12</sup> Apesar do Serviço Social não ser a única profissão com esta característica, neste trabalho nos deteremos apenas à análise desta profissão.

contrário, trata-se de compreender que a construção dessa profissão é pautada na divisão sexual do trabalho que determina os espaços sexuados e a hierarquização dos trabalhos de mulheres e homens.

Uma profissão tida como feminina ou masculina, nada mais é do que resultado da divisão sexual do trabalho que, por sua vez, além de fomentar desigualdades entre homens e mulheres, atende aos interesses dominantes em uma sociedade patriarcal capitalista, especialmente, por meio da superexploração dos trabalhos ditos de mulheres. A desvalorização e a subalternidade das mulheres conferidas historicamente às mulheres e que se refletem nas suas ocupações, podem ser percebidas também, nas profissões de nível superior, como o Serviço Social, que possui baixo prestígio social e remuneração sempre menor quando comparada a atividades similares comumente desenvolvidas por homens (CISNE, 2015, p. 142-143).

Entretanto, é importante ressaltar que apenas esse fator não é suficiente para determinar essa marca na profissão. Apontamos também, os aspectos das práticas das/os primeiras/os assistentes sociais junto à classe trabalhadora, principalmente aquelas voltadas para as mulheres, que eram reproduções explícitas da manutenção do ideário patriarcal e conservador.

A divisão sexual do trabalho é fomentada, reproduzida, apropriada e muito bem utilizada para atender aos interesses da classe dominante. Para atender a tais interesses, as(os) assistentes sociais atuavam junto à família, mais especificamente sobre a mulher, para atingir os operários, uma vez que é por intermédio dela que se encontrava o caminho necessário para o alcance da “preservação da ordem moral e social” (CISNE, 2015, p. 58).

Portanto, é possível perceber que esse *modus operandi* das pioneiras também expressava uma forma de compreensão conservadora da realidade, que se pautava na ordem patriarcal de gênero. Iamamoto e Carvalho (2012, p. 218-219) elucidam essa representação:

A mercantilização da força de trabalho feminina e infantil é considerada uma questão complexa. Sua origem está na situação de “anormalidade social”, na desorganização e abandono da família. A mortalidade infantil e abandono do menor, a desagregação moral da família, têm como uma de suas causas o “abandono do lar” pela mulher. Mas, se o “chefe da família”, em função das suas deficiências individuais, é incapaz de suprir as necessidades

mínimas do lar, não restará à mulher e aos filhos mais velhos outra alternativa. Mas, desse problema objetivo, deriva outro que traduz uma deformação moral: “é o da mulher não necessitada, que trabalha, aspirando gozar da decantada independência moderna”.

Os direcionamentos das primeiras escolas de Serviço Social no país, no que diz respeito às suas bases ancoradas no postulado da Igreja Católica, conferiram ao Serviço Social tradicional componentes de uma formação profissional moral, doutrinária e também a ausência de base teórico-metodológica para sustentar seu exercício profissional, sendo este último aspecto muitas vezes vinculado ao empirismo da prática profissional.

Ao se reportarem aos programas das Escolas de Serviço Social de São Paulo e do Instituto Social do Rio de Janeiro, Iamamoto e Carvalho (2012, p. 237) apontam que:

As próprias escolas reconhecem a inexistência de uma sistematização que justifique o Serviço Social enquanto ramo do conhecimento e a ausência de uma metodologia específica. As próprias técnicas não possuem teorização que as possa sustentar. A formação técnica remete essencialmente à prática.

Nos anos que seguiram a formação do Serviço Social brasileiro, a profissão necessitou se legitimar perante sua clientela, tendo em vista as novas requisições impostas pelo Estado frente à conjuntura política e econômica<sup>13</sup>. Esse momento demandou a busca por atualização e superação da fragilidade teórica e técnica presente na formação das/os assistentes sociais.

É um momento em que o aparato assistencial desenvolvido pelo Estado Novo e, mais recentemente, pelas corporações empresariais encontra-se em expansão e passa a constituir-se crescentemente em mercado de trabalho para os Assistentes Sociais. Essa expansão atende às necessidades de absorver as pressões desencadeadas pelos novos setores urbanos, que crescem aceleradamente em função do avanço da industrialização e da urbanização, e tem em vista controlar a reprodução do proletariado urbano e atuar sobre as

---

<sup>13</sup> Nesse período, com a expansão da industrialização acompanhada pelo aumento do proletariado urbano, o Estado, para garantir a “paz social”, investe na ampliação dos serviços de assistência à população. Para isto, foram criados o Conselho Nacional de Serviço Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI). A institucionalização desses serviços assistenciais, também marcou a institucionalização do Serviço Social no Brasil. Para maior aprofundamento, ver Iamamoto e Carvalho (2012).

sequelas mais aberrantes do aumento de sua miséria relativa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 350).

Foi nesse período que o Serviço Social brasileiro iniciou sua aproximação com as escolas norte-americanas, tendo como um marco dessa influência o Congresso Interamericano de Serviço Social sediado em Atlantic City em 1941. O congresso tinha por finalidade a “cooperação entre as escolas de Serviço Social das Américas, sendo convidados os diretores das escolas de Serviço Social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 240).

Essa influência foi impulsionada após a Segunda Guerra Mundial, sendo que, com o final desse conflito, foi desencadeada a chamada “guerra fria”, polarizando o globo entre os Estados Unidos, representantes do bloco capitalista, e a União Soviética, liderada pelo socialismo. “A consolidação do bloco socialista e sua expansão aos países orientais começam a representar um perigo crescente para os países capitalistas simultaneamente atingidos pela perda de suas colônias” (AMMANN, 1982, p. 29).

A Organização das Nações Unidas (ONU) também foi fundada nesse contexto do pós-guerra, sendo responsável pela disseminação do Desenvolvimento de Comunidade pelo mundo. Essa estratégia foi amplamente divulgada com a finalidade de garantir a manutenção da ordem social no sistema capitalista. Além disso, era cultivada a crença de que o desenvolvimento de comunidade, na medida em que abrandasse as condições de pobreza da população, eliminaria as ameaças da disseminação do ideário comunista. Sendo assim, partia-se da premissa de que a participação do povo em conjunto com o suporte técnico do governo, resultaria na superação das condições de miséria daquela população (AMMANN, 1982). Dessa maneira, o Desenvolvimento de Comunidade foi assim definido:

Processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (CBCISS, 1962 apud AMMANN, 1982, p. 32).

Na intenção de fortalecer a hegemonia capitalista no globo, os Estados Unidos passaram a investir nos seus “vizinhos pobres”, sendo a América



Latina um dos alvos dessa estratégia. O Brasil, ao selar aliança com os Estados Unidos, ampliou o campo de atuação das/os assistentes sociais à frente da operacionalização do Desenvolvimento de Comunidade no país.

Os assistentes sociais foram integrados aos planos de desenvolvimento comunitário, já que se considerava que neste campo a sua intervenção seria de grande valia – quer porque mostrassem múltiplas aptidões coincidentes com os programas, quer porque na sua formação profissional prévia, estavam contemplados conhecimentos acerca de trabalho com grupos e, em muitos casos, acerca da administração de serviços comunitários. Vale dizer: contavam com uma diversificada experiência de contato com populações e comunidades o que, provavelmente, dava-lhes algumas vantagens em face de outros profissionais. E isto era tanto mais relevante quanto boa parte do êxito do desenvolvimento comunitário estava hipotecado à construção de uma adequada relação com a população atendida (CASTRO, 2000, p. 150-151).

Foi a partir desse momento que o Serviço Social brasileiro passou a incorporar as elaborações do Serviço Social de comunidade, que foi adotado sistematicamente após a criação do primeiro currículo da profissão no país<sup>14</sup>, como veremos a diante.

Em 1945, seguindo uma linha de continuidade ao Congresso de Atlantic City, ocorreu no Chile o 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social. Dentre as temáticas mais destacadas no evento, esteve o debate sobre a formação para o Serviço Social, segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 348), “dentro desse debate duas outras questões assumirão relevância: a regulamentação do ensino e a luta pelo reconhecimento profissional, que influíram no surgimento da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)”<sup>15</sup>.

Os debates sobre a formação profissional estavam em efervescência em um momento em que o Serviço Social sentia a necessidade de avançar na discussão teórico-metodológica da profissão, em busca de legitimação do seu espaço na divisão social e técnica do trabalho. Para tanto, após dez anos de implantação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, em 1946, é criada a

---

<sup>14</sup> Ressaltamos que nesse período as metodologias de caso e grupo já eram incorporadas pelo Serviço Social no Brasil. Para essa questão, ver Aguiar (1995).

<sup>15</sup> Mais tarde, especificamente no ano de 1996, tornou-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A mudança de nomenclatura foi justificada pela compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e articulação entre graduação e pós-graduação (ABEPSS, 2018).

Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), com a finalidade de direcionar e impulsionar os caminhos da formação profissional.

Assim, os primeiros passos da Entidade orientam-se para a regulamentação desse ensino em nível universitário, desencadeando intensa mobilização pelo estabelecimento de um padrão mínimo comum a todas as unidades formadoras (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 8).

Naquele momento, também foi implantada a Lei nº 1889 de 1953 e também o Decreto-Lei nº 35.311 de 1954, os quais regulamentaram o primeiro currículo de Serviço Social no país, sendo que a lei tratava sobre “os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais” (BRASIL, 1953).

Conforme este decreto, os cursos de Serviço Social deveriam ser organizados em duas instâncias: ordinária e extraordinária. O curso ordinário, que foi aquele que visava a obtenção do diploma de assistente social, foi organizado para ser ministrado em três anos. Na tabela a seguir ilustraremos as disciplinas obrigatórias dispostas por série.

**Tabela 1 – Conteúdos do currículo mínimo do Serviço Social brasileiro em 1954.**

<b>1ª série</b>	<b>2ª série</b>	<b>3ª série</b>
Sociologia	Economia Social	Administração de Obras
Ética Geral	Legislação Social	Sociais
Psicologia	Ética profissional	Organização Social da
Estatística	Higiene Mental	Comunidade
Noções de Direito	Pesquisa Social	Pesquisa Social
Higiene e Medicina Social	Atividades de Grupo	Disciplinas optativas <sup>16</sup>
Introdução ao Serviço Social	Organização Social da Comunidade	
Serviço Social de Casos		
Serviço Social de Grupos		

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (1954).

<sup>16</sup> Para maiores detalhes sobre as disciplinas optativas, conferir o §2º do Art. 5º do Decreto-Lei nº 35.311 de 1954 (BRASIL, 1954).

O direcionamento da formação, antes sustentado unicamente pelos postulados do humanismo cristão por meio da Doutrina Social da Igreja e do Neotomismo, passou a incorporar também a teoria social positivista.

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (YAZBEK, 2009, p. 147).

O Serviço Social encontrou na teoria social positivista suporte teórico-metodológico que não colidisse com o ideário conservador que já habitava a profissão desde sua criação. Yazbek (2009, p. 147) explica que “é a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação”.

A profissão se comprometeu com o aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos de trabalho. Entretanto, não se desvinculou da postura humanista-cristã. Dessa forma, estabeleceu-se um Serviço Social baseado numa tríade, conforme destaca Andrade (2008), que articula os princípios da Doutrina Social da Igreja Católica com a ideologia conservadora e, por fim, o arcabouço teórico orientado pelo positivismo.

Sobre a influência da matriz teórica positivista na formação das/os Assistentes Sociais daquele momento, é preciso ressaltar que, para o ideário positivista, a concepção sobre as atribuições socialmente construídas a respeito das mulheres na sociedade continuou conservadora em suas raízes.

Os positivistas elevaram as mulheres por meio do que se poderia considerar como sendo a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade, vista como um todo, devia ser adorada e salva de um mundo perverso. Para os positivistas, a mulher constituía a base da família, a qual era pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo sobretudo através dos sentimentos, diferentemente do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (HAHNER, 1978 apud ARY, 2000, p. 73).

Portanto, no Serviço Social o atributo do positivismo agregado a uma herança pautada nas determinações da ordem patriarcal de gênero fortaleceu o conservadorismo presente na concepção da profissão a respeito da suposta “missão” das mulheres na preservação da moralidade cristã na sociedade. Além disso, sustenta que “há uma naturalização do capital, como uma ordem inevitável, na qual todas(os) devem ajustar-se, adaptar-se” (CISNE, 2015, p. 63), essa vertente serviu de alicerce para a legitimação de um posicionamento pautado em um determinismo biológico, no qual enfatizava as “qualidades naturais femininas” para o benefício da conservação do capital.

Nesse sentido, essas assistentes sociais canalizavam para as mulheres a responsabilidade com a reprodução social e todo o “equilíbrio” social. Logo, pode-se concluir que a incorporação por parte das pioneiras das qualidades naturais atribuídas às mulheres facilitou as respostas que foram exigidas na época à profissão para o controle da “questão social” (CISNE, 2015, p. 64).

Assim, o Serviço Social brasileiro estava imerso em um processo que fundia a perspectiva doutrinária católica com a mediação das ciências sociais ancorada no positivismo, sendo concepções que partilham do mesmo ideário conservador sobre a sociedade. Essa fusão foi denominada de *arranjo teórico-doutrinário* por Yamamoto e segundo ela “permite que a profissão mantenha seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado” (2002, p. 28).

Portanto, esse arranjo fundamentou não apenas os fins da profissionalização do Serviço Social, mas também sua concepção de mundo para a execução de suas práticas, carregando nesse momento parâmetros deterministas para análise de uma sociedade demarcada pelas cisões estruturantes, sendo estas a ordem patriarcal de gênero, capitalismo e racismo.

Na década de 1960, inserida no contexto latino-americano, no qual surgiam novas conjunturas políticas em face da “questão social”, a profissão passou por um processo de autocrítica dos seus procedimentos profissionais. As indagações voltaram-se para repensar as suas bases tradicionais que, em grande medida, incorporavam padrões importados do Serviço Social norte-americano e europeu, compreendendo a necessidade de readequação dos procedimentos

profissionais à realidade latino-americana. Desse modo, com o objetivo de responder às manifestações do subdesenvolvimento dos países da América Latina, o Serviço Social construiu nesse período, por meio das suas vanguardas intelectuais, o que foi denominado de Movimento de Reconceituação.

## **2.2. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano: a reorientação profissional e a crítica ao conservadorismo**

O chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social foi um processo iniciado na década de 1960 e teve por característica ser um movimento internacional, especificamente nos países da América Latina. A reconceituação foi concebida na conjuntura histórica do continente sul americano marcado naquela ocasião pela ascensão das ditaduras militares daqueles países.

Após a vitória da Revolução Cubana, seguiu-se um período de golpes e ditaduras militares na América Latina, com destaque para a América do Sul, iniciando em 1964 com os golpes no Brasil e na Bolívia. A estes, seguiram-se dois golpes na Argentina, em 1966 e 1976; o golpe no Peru, em 1968; os golpes no Chile e no Uruguai, em 1973. Em precedência nesse ciclo, o Paraguai, desde 1954, em permanente estado de sítio, era governado pelo general Alfredo Stroessner (LOPES, 2016, p. 319).

A hegemonia imperialista influenciou política e economicamente os países da América Latina. Como o Serviço Social é produto desse processo histórico, as suas bases também foram formadas e ditadas pela conjuntura das relações internacionais, sobretudo pelo domínio norte-americano após a Segunda Guerra Mundial<sup>17</sup>.

As referências que direcionaram a formação profissional no Brasil e de uma forma geral nos países da América do Sul até aquele momento foram essencialmente importadas da Europa e dos Estados Unidos. O movimento de reconceituação, reconhecendo a complexificação do capitalismo e seus reflexos

---

<sup>17</sup> Desde o final da segunda guerra, o globo vivenciava a polarização entre capitalismo e socialismo com a chamada “guerra fria”. A instabilidade política mundial teve seu eco no Brasil, considerando que a “ameaça” comunista era uma constante preocupação nos governos do período. Essa situação se intensificou em 1959, com a vitória da Revolução Cubana. “Se um regime desse tipo podia se instalar a menos de 150 quilômetros da costa da Flórida, por que não poderia triunfar em outras regiões da América Latina?” (FAUSTO, 2012, p. 374).

particulares na América Latina no que tange a sua formação política e econômica percebeu que os direcionamentos importados das experiências norte-americanas e europeias não eram adequados à realidade latino-americana. Frente a essa compreensão, desperta-se na profissão a necessidade de debater os rumos do Serviço Social, culminando na erosão do Serviço Social tradicional.

[...] a reconceptualização está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é *a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento*. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) – e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o Progresso –, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão (NETTO, 2011b, p. 146, grifos do autor).

Em plena “guerra fria” e após a Revolução Cubana, o bloco capitalista estava voltado para a manutenção de sua hegemonia. Para isto, era de seu interesse as políticas antidemocráticas que estavam sendo engendradas na América Latina, tendo em vista que serviriam de estratégia para tensionar os projetos societários em disputa. Portanto, o imperialismo americano patrocinou os golpes militares, em especial o ocorrido no Brasil em 1964.

Nunca escapou aos analistas da ditadura brasileira que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado [...] era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social). A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao

novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2011b, p. 16).

O Serviço Social brasileiro iniciou seu processo de reorientação profissional no interior desse contexto da Ditadura Militar. É necessário apontar que este movimento não foi homogêneo, uma vez que a categoria travou debates importantes expressados nos diversos seminários de teorização, realizados pelas iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS)<sup>18</sup>. De acordo com Netto (2011b), tais seminários, foram determinados por concepções distintas sobre a reflexão profissional, sendo denominadas pelo autor de “Perspectiva modernizadora”, “Reatualização do conservadorismo” e “Intenção de ruptura”.

A perspectiva “modernizadora” foi a primeira expressão do movimento de reconceitualização, tendo seu marco na segunda metade da década de 1960. Os seminários de teorização realizados sob o domínio dessa perspectiva foram os ocorridos em Araxá-MG, em 1967 e em Teresópolis-RJ, em 1970.

Apesar de emergir em um momento de “ruptura” com o Serviço Social tradicional, a perspectiva modernizadora afirmou-se numa dinâmica de continuidade com as propostas tradicionais da profissão. O que foi compreendido enquanto “ruptura” pelas/os reconceitualizadoras/es dessa perspectiva denotava uma modernização incorporando as bases tradicionais sob nova roupagem.

Este é o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e

---

<sup>18</sup> Nesse trabalho, a finalidade de abordar os documentos elaborados nos Seminários de teorização do Serviço Social brasileiro é de levantar as principais características que nortearam a categoria em busca de uma reorientação profissional, o que posteriormente apresentou rebatimentos na formação profissional e na sua concepção de mundo. Para o aprofundamento desse debate, indicamos algumas referências, dentre um amplo arsenal teórico, como Netto (2011b); CBCISS (1986); Aguiar (1995); Faleiros (1987).

metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” (NETTO, 2011b, p. 155).

Esta perspectiva foi uma orientação ajustada à autocracia burguesa, no período pós-golpe militar no país, ou seja, nas palavras de Netto (2011b, p. 164-165), foi a “tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração”.

Com a inspiração nesse debate profissional, foram implantados dois currículos nesse período. O segundo currículo do Serviço Social foi criado em 1964, por meio do Parecer nº 286/1962 e Resolução nº 512/1964 (BRASIL, 1964b). Este currículo estabeleceu doze disciplinas básicas para a formação das/os assistentes sociais, sendo elas: Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de casos; Serviço Social de grupos; Desenvolvimento e organização de comunidade; Administração em Serviço Social; Psicologia; Sociologia; Pesquisa Social; Economia Social; Direito; Ética; Higiene e Medicina Legal (CARDOSO, 2016).

Para Faleiros (2000), este currículo demarcou as seguintes características:

Currículo centrado na solução (tratamento) de problemas individuais, no desenvolvimento e no planejamento social, com ênfase na comunidade e nos valores cristãos por parte das escolas católicas; há o contraponto crítico da visão social, da influência dos setores progressistas cristãos socialmente engajados. Prática junto a comunidades, habitação, centros urbanos, centros de saúde, Sistema S, previdência, municípios, LBA, empresas. Visão desenvolvimentista predominante.

O terceiro currículo foi a revisão do anterior e teve sua implementação em 1970 pelo Parecer 242/1970 (BRASIL, 1970), que fixava os conteúdos mínimos e a duração do curso de Serviço Social. Era dividido em dois ciclos: o básico e o profissional.



**Tabela 2** – Conteúdos do currículo mínimo do Serviço Social brasileiro em 1970.

<b>CICLO BÁSICO</b>	<b>CICLO PROFISSIONAL</b>
Sociologia	Serviço Social de Casos
Psicologia	Política Social
Economia	Ética Profissional
Direito e Legislação Social	Serviço Social de Grupo
Teoria do Serviço Social	Serviço Social de Comunidade

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cardoso (2016).

Este currículo foi apresentado de forma pragmática do ponto de vista de sua estrutura. No ciclo Básico, a sua proposta expressou a aplicação dos métodos de análise à realidade; o ciclo Profissional trouxe conteúdos que do ponto de vista metodológico apoiariam a formação profissional. A sua proposta era a vinculação entre a ordem teórica e prática (BRASIL, 1970), no entanto, acabou por dicotomizá-las.

As características apresentadas nesses currículos foram evidenciadas nos Seminários de Araxá e Teresópolis, os quais foram expressão dessa perspectiva de “modernização”, como veremos a seguir.

A elaboração do documento de Araxá é a afirmação da concepção modernizadora. Para tanto, o documento resgatou os processos de caso, grupo e comunidade, já presentes na profissão nas décadas anteriores ao movimento de reconceituação. No entanto, o que se compreendia como “rompimento” habitava na recusa da utilização exclusiva desses processos, admitindo a incorporação de novas metodologias de trabalho (CBCISS, 1986). Portanto, o resgate desses procedimentos tradicionais era legítimo por essa vertente da reconceituação, “desde que funcionais à mudança e ao desenvolvimento” (NETTO, 2011b, p. 173).

Outro traço de continuidade com o Serviço Social tradicional diz respeito à concepção neotomista presente neste documento, principalmente nos postulados que orientaram a atuação profissional, mencionando os pressupostos da “dignidade da pessoa humana”; “sociabilidade essencial da pessoa humana”; “perfectibilidade da pessoa humana” (CBCISS, 1986). Tal aspecto retoma a perspectiva conservadora existente nesse modelo filosófico. No entanto, passou a incorporar traços do conservadorismo moderno, que foi caracterizado pela sua vinculação ao positivismo durkheimiano, metamorfoseando-se de conservadorismo

antiburguês – em referência ao conservadorismo romântico – para conservadorismo antiproletário. A função desse ideário era a manutenção da ordem burguesa, permitindo reformas dentro dessa ordem, contra a ameaça revolucionário-socialista (NETTO L. S., 2011).

Ainda sob a influência da perspectiva modernizadora, esteve o Seminário de Teresópolis<sup>19</sup>, realizado em 1970. O produto desse seminário foi a consolidação dessa perspectiva. Para tanto, as/os elaboradoras/es do documento de Teresópolis tiveram a intenção de suprir uma lacuna presente nas formulações do documento antecedente. Se em Araxá buscou-se uma concepção teórica de profissão, em Teresópolis a pretensão era de sistematizar metodologicamente os processos de intervenção profissional<sup>20</sup>.

Os valores ideoculturais que embasam a visão de Araxá não são ultrapassados, a noção de desenvolvimento permanece; mas a herança “tradicional” é irremissivelmente dissolvida no *cariz operativo* que se concretiza em Teresópolis. [...] Em Araxá, coroa-se uma indicação do sentido sociotécnico do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a operacionalidade desse sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática (NETTO, 2011b, p. 190).

O processo de reconceituação abrangeu outro momento denominado de “Reatualização do Conservadorismo”, no final da década de 1970 e meados da década de 1980. Essa vertente foi concebida enquanto um deslocamento do processo da perspectiva “modernizadora” (NETTO, 2011b), considerando que não se tratou da finalização do processo anterior, mas apenas adentrou a disputa de hegemonia nos debates profissionais.

Essa expressão esteve presente também nos Seminários de Sumaré, em 1978, e do Alto da Boa Vista, em 1984. Os seminários foram a manifestação da corrente fenomenológica no Serviço Social brasileiro. Esta perspectiva no campo teórico-metodológico também demarcou a rejeição dos

---

<sup>19</sup> Para o aprofundamento sobre os debates travados no Seminário de Teresópolis pelos grupos “A” e “B”, ver (CBCISS, 1986).

<sup>20</sup> José Lucena Dantas foi o autor que melhor embasou a questão teórico-metodológica no período da perspectiva modernizadora. Ao passo que os elaboradores de Araxá “romperam” com a exclusividade da utilização dos processos de caso, grupo e comunidade, Dantas empenhou-se em resgatar esses processos tradicionais reformulando sistematicamente sua aplicação no campo operacional. Para o aprofundamento sobre o pensamento deste autor, ver (DANTAS, 1976).

pressupostos positivistas adotados até aquele momento na profissão. Essa reorientação situou o Serviço Social no plano de intervenção da ajuda psicossocial, dando ênfase às atividades cognitivas do homem (CBCISS, 1986).

O traço de “ruptura” dessa perspectiva foi compreendido enquanto a reivindicação profissional por um novo direcionamento teórico-metodológico, interpretavam que a fenomenologia seria a suposta luz que guiaria o Serviço Social para um caminho que o legitimasse enquanto profissão.

Instaura-se, ao mesmo tempo, uma forte tendência, presente em segmentos específicos do meio profissional, à psicologização das relações sociais, que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, isto é, problemas relacionais que devem ser necessidades que transcendem as carências objetivas e materiais do cliente, isto é, os problemas existenciais que devem ser tratados profissionalmente. As exigências de sobrevivência são tidas como demandas secundárias para uma profissão que procura ultrapassar o estigma assistencialista. Os problemas materiais tendem a ser espiritualizados, transformados em dificuldades subjetivas [...]. *Instaura-se, assim, uma tendência transclassista na consideração da clientela do Serviço Social, em choque com sua realidade efetiva, constituída dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora.* A psicologização das relações sociais permite preservar o julgamento moral da clientela, agora encoberto por uma aparência científica que tem por base rudimentos da psicanálise (IAMAMOTO, 2002, p. 34, grifo nosso).

Segundo Netto (2011b), foi uma apreensão da vertente fenomenológica imersa em compreensões simplificadas e com referenciais teóricos de segunda mão. Sendo assim, a “Renovação do Conservadorismo” também não apresentou de fato um rompimento com o Serviço Social tradicional.

O procedimento em face da fenomenologia [...] é o procedimento canônico na tradição histórica do Serviço Social: dado um quadro de referência determinado (que aqui se toma sem qualquer contextualização sócio-histórica e ideocultural e em relação ao qual é admitida explicitamente a carência de um conhecimento aprofundado [...]), dele se extraem as categorias que interessam a uma operação particular; não entram em linha de conta as mediações, extremamente complexas, entre a articulação sistemática de categorias na elaboração de uma compreensão filosófica da realidade (ou de aspectos seus) construída pelo sujeito sócio-humano e a sua instrumentação parametrada por exigências sociotécnicas e institucionais bem limitadas (NETTO, 2011b, p. 215-216).

Essa vertente não foi tão expressiva como sua anterior. Netto (2011b), comparando as duas perspectivas, refere que as formulações dos Seminários de Araxá e Teresópolis, ainda que passíveis de críticas eram modernas e apresentavam um debate sincronizado ao contexto brasileiro, ao contrário de Sumaré e Alto da Boa Vista que destoavam desse processo.

A profissão, percebendo a impossibilidade de reorganização social frente ao contexto repressivo da ditadura militar no Brasil conduziu suas preocupações aos questionamentos metodológicos. Para isto, Iamamoto (2002, p. 33) explica que “[...] os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional”.

Em meados dos anos 1980, com a abertura política no país encaminhando-se para o fim da Ditadura Militar, o Serviço Social aproximou-se da perspectiva marxista inaugurando no campo profissional, ainda que de forma incipiente, uma concepção crítica da realidade.

Nesse sentido, a crítica ao conservadorismo no Serviço Social, de fato, ocorreu por meio da perspectiva de “intenção de ruptura” (NETTO, 2011b) do Movimento de Reconceituação. Essa crítica foi mediada pela apreensão do referencial teórico da tradição marxista pelo Serviço Social. É necessário apontar que desde os anos 1960 já se desenvolvia essa perspectiva (NETTO, 1989), a qual passou a adquirir hegemonia no debate da profissão a partir da década de 1980.

As medidas que materializaram a “intenção de ruptura” foram as elaborações do chamado “Método B.H.”<sup>21</sup> ainda na década de 1970.

O movimento de reconceituação incidiu no Brasil no projeto pioneiro de formação profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Conhecido como método BH, sua formulação e experiência se desenvolveram entre 1972 e 1975. Valeram-se da teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético na compreensão do significado social da profissão, das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho, na direção de uma nova sociabilidade humana (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

---

<sup>21</sup> Embora as/os formuladoras/es desse método buscassem inspiração na teoria marxista, foram elaborações desenvolvidas sob influências enviesadas, a exemplo das elaborações que tiveram como norte as produções de Althusser e Mao Tsé-Tung. Para uma análise detalhada sobre o “Método B.H.”, ver Santos (1999) e Netto (2011b).

Esse processo foi marcado pelas lutas estudantis e sindicais no Serviço Social contra a Ditadura Militar, desenvolvendo uma postura classista. Dessa forma, em nível nacional, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) se organizava junto à União Nacional de Estudantes (UNE)<sup>22</sup>. O Movimento Estudantil empenhado no enfrentamento à ditadura militar sofreu com a repressão ao segmento estudantil previsto na Lei Suplicy de Lacerda<sup>23</sup> e após o Ato Institucional número 5 (AI-5) com o Decreto 447/1969<sup>24</sup>.

As/os estudantes de Serviço Social tiveram intensa participação nesse processo de combate ao autoritarismo no Regime Militar, em especial as mulheres que foram presas em Ibiúna no XXX Congresso da UNE.

A participação dos estudantes em Serviço Social no congresso da UNE foi debatida no congresso da Eness para que as escolas elegeassem representantes, o que culminou com a expressiva participação no XXX Congresso da UNE. Das 152 jovens mulheres presas em Ibiúna, 25 eram estudantes de Serviço Social (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

Nesse contexto, precisamente na década de 1970, o Serviço Social estreita sua relação com os movimentos sociais e organizações sindicais. Nesse período, a categoria inicia o processo de reativação da sua entidade sindical, criando a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), que tinha como finalidade a inserção da “profissão no movimento sindical mais geral e suas lutas, como a questão salarial, condições de trabalho e emprego e o encaminhamento de lutas específicas, com destaque para o salário mínimo profissional” (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p. 102).

Essa efervescência política no contexto brasileiro influenciou particularmente o Serviço Social, inspirando a posição da categoria no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o chamado “Congresso da Virada”. O Congresso

---

<sup>22</sup> No fim da década de 1970 o MESS iniciou um debate sobre a criação de uma entidade nacional das/os estudantes de Serviço Social. A princípio, em 1988, foi criada a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE). Em 1993, ocorreu a mudança do nome da entidade para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), para que tivessem maior autonomia frente à organização da UNE (RAMOS; SANTOS, 1997).

<sup>23</sup> A lei vetava as atividades políticas nas organizações estudantis, conforme o seu Art. 14 (BRASIL, 1964a).

<sup>24</sup> O decreto tinha por objetivo definir as “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares” (BRASIL, 1969).

foi marcado pela posse do direcionamento político do evento “pela nova tendência profissional caracterizada em sua base pela crítica e recusa do conservadorismo na profissão, pela busca de sustentação no pensamento crítico marxista e pelo compromisso político profissional com as classes subalternas” (ABREU, 2016, p. 236-237). Desse modo, é localizado na segunda metade da década de 1970 o início da construção do novo projeto profissional, denominado posteriormente por Projeto Ético-Político.

No que se refere à nova perspectiva teórica da categoria profissional, a sua apropriação do marxismo, inicialmente, se deu por meio de materiais vulgares e apreensão simplista sobre essa teoria, devido aos referenciais enviesados que eram utilizados. Porém, há que se considerar a conjuntura repressiva no país, tratando-se do contexto da ditadura militar, que não favorecia a disseminação de leituras sob essa direção.

É no marco da *reconceptualização* que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se a tradição marxista [...]. O recurso dos *reconceptualizadores* à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista (NETTO, 2011b, p. 148).

Os esforços desse projeto de ruptura foram expressos na direção do currículo de 1982<sup>25</sup>.

O novo currículo apresenta a necessidade do estudo da história da profissão para compreendê-la de maneira contextualizada e circunscrita na realidade social, como uma das *práxis* sociais, bem como a necessária compreensão das teorias e metodologias que informam sua prática, buscando a noção de totalidade e, ao mesmo tempo, ampliando a ideia da intervenção para além do “saber fazer” na afirmação da necessária unidade teórico-prática. Explicita-se ainda o caráter contraditório da prática profissional, ao se situar a profissão como uma “especialização do trabalho na divisão social e técnica do trabalho”, bem como a dimensão política a ela inerente (CARDOSO, 2016, p. 449).

Apesar da proposta ser inspirada numa concepção de superação do conservadorismo, avançando em um direcionamento comprometido com a classe trabalhadora, ainda apresentou na sua estrutura curricular uma compreensão

---

<sup>25</sup> Parecer CFE nº 412/1982, (BRASIL, 1982).

fragmentada da realidade, a exemplo da sua organização entre teoria, história e método do Serviço Social. Além disso, “o processo de implantação do currículo de 1982 expressa uma insuficiente apreensão do método crítico-dialético, cujas categorias não são apreendidas como modos de ser da realidade sócio-histórica” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 148).

Sobre esta revisão curricular, no campo da ética também deixa lacunas que serão percebidas apenas no currículo de 1996. Segundo Barroco (2010), apesar da contribuição desse novo *ethos* profissional expressado pela moralidade do projeto de ruptura, ainda era necessário que os avanços teóricos e políticos na profissão fossem acompanhados de uma reflexão ética sistemática, o que não ocorreu.

Apesar de este marco ser pautado na crítica aos referenciais e valores que tradicionalmente orientaram a prática profissional, indicando, de forma hegemônica, o marxismo como referencial a ser privilegiado, não se coloca em pauta a discussão sobre a ética marxista ou sobre o debate filosófico do marxismo. Isso é contraditório, na medida em que tais disciplinas são, historicamente, espaços privilegiados de fundamentação ética e de apreensão dos valores e princípios éticos da profissão (BARROCO, 2010, p. 174-175).

Essa direção forjada pela profissão foi coroada pelo Código de Ética de 1986, que também caminhou no mesmo sentido que o projeto de formação. Para Teixeira e Braz (2009, p. 195), esse documento “soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ideopolíticos do que um Código de Ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo. Por outro lado, ao demarcar seus compromissos, [...] não deixava dúvidas de ‘qual lado’ estávamos”.

A inspiração marxiana no Serviço Social foi possível efetivamente apenas a partir de um amadurecimento teórico e político profissional, centralizando o debate no rompimento com o imediatismo e na apreensão crítica das mediações que sustentam a realidade social.

Foi um período marcado por significativas transformações societárias e conseqüentemente na profissão. Esse processo ocorreu na conjuntura do esgotamento da ditadura militar, sendo promulgada, em seguida, a Constituição Federal de 1988. Porém, a profissão adentra a década de 1990 enfrentando os

desafios do projeto neoliberal, sendo fortalecido em detrimento das políticas e direitos sociais.

Nesse sentido, o Serviço Social, caminhando para a consolidação de um projeto profissional que se orienta em princípios que reforçam um projeto societário comprometido com a superação da ordem social vigente, se insere no contexto dos anos 1990 em posição de enfrentamento à hegemonia do capital.

Assim, essa nova perspectiva orientou e foi manifestada nos documentos normativos do Serviço Social, sendo eles: Código de Ética de 1993, lei de regulamentação da profissão e no seu projeto de formação expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996.

### **2.3. A formação profissional na contemporaneidade: o desafio de uma formação crítica na ofensiva neoliberal**

O processo de construção da formação profissional no atual contexto só é possível ser apreendido no conjunto das particularidades da formação da sociedade brasileira na contemporaneidade, e, por isso, resgataremos alguns dos seus aspectos sociais, econômicos e políticos, a fim de situar a profissão.

A redemocratização no Brasil, situada na segunda metade da década de 1980, foi acompanhada pelo levante da ofensiva neoliberal, ganhando força na década de 1990. Enquanto que na esfera internacional a reação burguesa, a partir do final da década de 1960, se instalava devido ao esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e do modelo de produção fordista/taylorista.

Nesse sentido, a conjuntura internacional teve maior receptividade ao ideário neoliberal e ao modelo de produção toyotista. Esse modo de acumulação se desenvolveu em escala global, flexibilizando e desconcentrando o espaço produtivo, imprimindo novos contornos nas relações de trabalho, no que se referem à organização da produção, formas de contratação e intensificação das condições de exploração da força de trabalho. Além disso, as configurações do papel do Estado foram deslocadas, na medida em que este passou a ter função subsidiária, atribuindo ao mercado a função de grande regulador das relações de produção. Nas palavras de Ianni (1998, p. 30):



Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. [...] O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais.

No Brasil, devido às particularidades históricas e econômicas, este processo tardou a se estruturar<sup>26</sup>. Na década de 1990, após a reabertura política e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país adentrou ao período movido pelas contrarreformas do Estado. A reivindicação do capital por um “Estado mínimo” refletiu no enxugamento da máquina estatal, e, em consequência, houve a diminuição drástica de investimentos nas políticas sociais, culminando cada vez mais no seu desmonte. Vale reportar que, de uma forma geral, o neoliberalismo submeteu as políticas sociais aos ditames do mercado, tensionando os padrões universalistas e redistributivos da proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

É, nesse marco, que se dá a integração do Brasil à ordem econômica mundial, nos anos iniciais da década de 90, sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, responsáveis pela redefinição das estratégias de acumulação e pela reforma do Estado. Na prática, isso se traduz em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego e do enfraquecimento do movimento sindical, neutralizando, em grande medida, os avanços e conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras nos anos 80 (MOTA, 2009, p. 58).

Em particular, trataremos neste trabalho, ainda que brevemente, do desmonte da política social de educação no que se refere ao ensino superior, tendo em vista que este processo é fundamental para a compreensão das configurações e desafios da formação profissional no contexto atual.

Assim como outras políticas sociais públicas, no contexto de reestruturação do capital no Brasil, a educação foi apresentada como um campo

---

<sup>26</sup> Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 134) “enquanto no plano internacional desencadeava-se a reação burguesa, o Brasil, no contexto da ditadura militar pós-1964, vivia a expansão do ‘fordismo à brasileira’ (SABÓIA, 1988 e 1990), por meio do chamado Milagre econômico”.

promissor de lucro. Desse modo, o sistema educacional foi alvo de adequações voltadas para as necessidades do mercado, em especial as instituições de ensino superior. Nesse aspecto, na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso, os investimentos estatais eram dedicados à expansão das universidades privadas em detrimento das públicas.

A partir da década de 1990 num processo que está em curso nos dias atuais emerge nova mudança caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior alterando-se o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana. Em consequência dessa mudança freou-se o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, estimulando-se a expansão de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais. Essa foi a política adotada nos oito anos do governo FHC, o que se evidenciou na proposta formulada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997 (SAVIANI, 2010, p. 13).

As estratégias privatistas no ensino superior ganharam contornos por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outras estratégias dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que atuam como subterfúgios, com o discurso de ampliação do acesso ao ensino superior, enquanto que na realidade, tem seus interesses voltados para a ampliação de financiamentos nas instituições de ensino superior privadas, ou seja, na expansão do lucro do capital. Abreu (2016, p. 253) explica que essas medidas “rebaixam a qualidade do ensino, aprofundam a precarização das relações de trabalho e impulsionam a proliferação do ensino de graduação em instituições de ensino privadas e do ensino a distância (EaD) em todas as instâncias de formação (graduação e pós-graduação)”.

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos *campi* no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições (SAVIANI, 2010, p. 14).

A formação para o mercado também refletiu na formação profissional do Serviço Social brasileiro. No processo pós-ditadura militar, a profissão, mediada por sua luta pela democracia em conjunto com outros segmentos da sociedade e sua apreensão crítica sobre a sociedade burguesa, forjou uma direção ético-política adotada hegemonicamente<sup>27</sup> na profissão. O projeto profissional que passou a ser construído no bojo do Movimento de Reconceitualização busca imprimir ao Serviço Social uma direção que se contrapõe aos ditames da sociedade regida pelo capital.

Esse novo norte da profissão é materializado em seus aspectos legais (Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996), orientados e fundamentados a partir de uma perspectiva que traduza os valores éticos e políticos em consonância com um projeto societário que tenha como horizonte uma sociabilidade humanamente emancipada, embora seja uma profissão que atue nas contradições do capital.

Uma das orientações que destacamos no Código de Ética da/o Assistente Social demonstra esse direcionamento crítico da profissão. Nos referimos ao princípio sobre a “construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993). Neste princípio, sobretudo, reafirma-se a perspectiva de transformação social e aponta o compromisso da profissão com uma direção pautada na oposição ao Sistema de Dominação/Exploração vigente.

Sem dúvidas, não compete a uma categoria profissional a superação do atual modo societário. Todavia, a direção aqui apontada contribui para a apreensão da realidade para além das aparências, captando as contradições e mediações postas no movimento do real. Dessa forma, é possível de fato conhecer a realidade e estabelecer ações cotidianas concretas no caminho apontado pelo referido Projeto, ou seja, que indiquem o caminho para contribuir no processo de superação dessa ordem social.

---

<sup>27</sup> Salientamos que o Projeto Ético-Político é um direcionamento hegemônico na profissão, ou seja, nos debates contemporâneos da categoria profissional esse direcionamento assume predominância. Entretanto, é necessária a compreensão de que o Serviço Social não é uma profissão formada por sujeitos homogêneos do ponto de vista teórico e político. Sendo assim, vale ressaltar o caráter plural da profissão que necessita ser respeitado, “mas este respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância liberal para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias” (NETTO, 2009, p. 146).

Para a apreensão crítica do movimento do real a fim de sustentar uma formação acadêmica e, conseqüentemente, um exercício profissional que expresse os valores do Projeto Ético-Político e que também faça oposição à formação e intervenção direcionada para o mercado, precisa ser destacado a expressão investigativa da profissão e o papel da pesquisa nesse processo. Nesse sentido, explica Netto (2009, p. 155):

[...] o projeto implica o compromisso com a *competência*, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

A expressão investigativa é inerente à profissão, ao passo que qualifica o processo formativo e o exercício profissional, portanto, “a qualidade de uma implica a plena realização da outra” (GUERRA, 2009, p. 713). Para tanto, inquirir permanentemente o movimento do real é elemento imprescindível nesse processo, possibilitando a imersão na realidade. Para a autora, essa expressão:

[...] é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão (GUERRA, 2009, p. 714).

Dessa maneira, a investigação viabiliza a construção do conhecimento e, para isto, são necessárias sucessivas aproximações com a realidade para a captação da totalidade concreta. Contudo, a realidade não se manifesta nas suas expressões fenomênicas, tendo em vista que nesse momento inicial, o da singularidade, se projeta o plano da imediatez, na qual as determinações constituídas de historicidade estão ocultadas.

A captação do movimento do real, portanto, é possível apenas por meio de mediações, ou seja, na apreensão das particularidades que compõe os complexos da totalidade. Pensar o movimento do real em sua totalidade não é destituí-lo de seus complexos particulares, mas, ao contrário, pressupõe analisá-los

na relação entre singular, universal e particular, na qual se inscreve o parâmetro da totalidade.

Nesse sentido, considerando as mediações necessárias para a compreensão e a aproximação do real, apontamos que, em tempos de retração de direitos, tendo em vista o modelo de acumulação flexível, é necessária para o Serviço Social por meio dessa expressão investigativa, a compreensão aprofundada na formação profissional das particularidades do Sistema de Dominação/Exploração para qualificar o exercício profissional. Portanto, defendemos, neste trabalho, ser a ordem patriarcal de gênero, consubstanciada com a ordem capitalista e racista, uma das mediações necessárias para se pensar a “questão social” e intervir sobre a mesma.

Para tanto, nos debruçaremos no próximo capítulo na reflexão sobre a mediação da ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional das universidades pesquisadas.

### **CAPÍTULO 3: O DEBATE SOBRE A ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA ERA DO NEOLIBERALISMO: A REALIDADE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORTE DO PARANÁ**

Na década de 1990 no Brasil, sob a necessidade de reposicionar a profissão frente às possibilidades e desafios que emergiram naquela conjuntura, foi realizada a revisão curricular, sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS, à época, e a participação do CFESS/CRESS e ENESSO.

As Diretrizes Curriculares de 1996 foram resultado de uma construção coletiva da categoria profissional e seu amadurecimento teórico-metodológico, se desenvolvendo em torno de um amplo e democrático processo mediado pela nova perspectiva profissional.

A nova Diretriz passou a contemplar três núcleos de fundamentação que se inter-relacionam: o núcleo de *fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; núcleo de *fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*; núcleo de *fundamentos do trabalho profissional*.

Os três núcleos de fundamentação da formação profissional anunciados no documento da ABESS expressam níveis distintos de abstração de análise requeridos para o deslindamento do Serviço Social na sociedade brasileira, sendo, neste sentido, complementares e indissociáveis entre si. Não dizem respeito, portanto, a núcleos de conhecimentos que se esgotam em si próprios, mas que contribuem, sob diferentes ângulos e articuladamente, para a elucidação das particularidades da “questão social” e do estatuto profissional do Serviço Social na construção de respostas frente à mesma (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 18-19).

Dessa forma, tratando-se de núcleos fundamentais que norteiam a formação profissional, se rompe com a lógica fragmentada das estruturas reduzidas a matérias e disciplinas. Também avança nas lacunas deixadas pelo currículo de 1982, no que diz respeito à sua estrutura compartimentada entre história, teoria e método e “insuficiente apreensão da totalidade social” (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

Apesar dos esforços da categoria profissional que culminaram na proposta das Diretrizes Curriculares de 1996 – tendo em vista que nesse processo foram realizadas “200 oficinas locais nas 67 Unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e duas nacionais” (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 3) –, as

Diretrizes Curriculares em vigência não representam o projeto de formação profissional que foi construído naquele período.

A proposta, após ser enviada para o SESu/MEC em 1999 e homologada em 2001, sofreu drástica descaracterização no texto legal referente à orientação política, social, de conhecimentos e habilidades preconizados nos debates sobre a formação profissional (IAMAMOTO, 2012a) que se consolidaram nas Diretrizes Curriculares de 1996. A exemplo deste ataque são substituídos fundamentos centrais na formação, outros foram simplesmente eliminados.

Assim, por exemplo, *no perfil do bacharel em Serviço Social* constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática” (IAMAMOTO, 2012a, p. 445, grifos da autora).

A adequação nas Diretrizes Curriculares traduz a orientação política e econômica que o MEC procura seguir para o contexto da educação. Essa perspectiva responde às reivindicações do mercado que cada vez mais anseia por um aligeiramento e a simplificação do processo formativo (KOIKE, 2009). Dessa maneira, prevê uma educação técnica, acrítica e pragmática, refletindo, assim, na precarização da formação profissional do Serviço Social.

O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos. Essa total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado. Esse é um forte desafio à construção do projeto do Serviço Social brasileiro. A sua materialização na formação universitária exige um especial empenho coletivo das unidades de ensino e entidades da categoria [...] no sentido de garantir, pela via política da organização e da liderança intelectual, a preservação e implementação do projeto original (IAMAMOTO, 2012a, p. 446).

As Diretrizes Curriculares de 1996 viabilizam uma formação profissional dentro dos parâmetros da perspectiva crítica alinhada com o projeto profissional, respeitando o debate plural existente na categoria. Contudo, ainda que se situe em uma perspectiva crítica, essa Diretriz não apresenta de forma

sistemática a compreensão da sociedade burguesa determinada também pela ordem patriarcal de gênero e a ordem racista. .

Compreendemos a necessidade de se evidenciar essa relação nas diretrizes, visto que é indispensável para o Serviço Social a apreensão da dinâmica da ordem que estrutura as relações sociais que regem a sociedade, para qualificar a formação e intervenção profissional.

A discussão sobre *gênero*<sup>28</sup> adentrou o terreno profissional apenas a partir da década de 1980 e 1990, quando o Serviço Social iniciou seu engajamento de forma transversal nas lutas dos movimentos sociais.

Em 1990, surge na academia a categoria gênero consolidando os “estudos de gênero” em substituição a “estudos feministas” ou “da condição feminina”. Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras (LISBOA, 2010, p. 71).

Esse engajamento com os movimentos sociais que foi presente desde a década de 1980 resultou, ainda que de forma isolada, a atuação de algumas assistentes sociais nos movimentos feministas. Nesse sentido, já percebemos desde aquele momento um esforço por parte dessas assistentes sociais de aproximar os debates profissionais com as temáticas e pautas feministas, embora, segundo Lisboa (2010), na história da profissão houve mais desencontros do que encontros entre o Serviço Social e as discussões sobre *gênero*. Dessa forma, a título de ilustração, uma entrevista publicada na Revista Serviço Social e Sociedade de 1981, apresentou um debate em que mencionava a importância do feminismo para o Serviço Social<sup>29</sup>:

[...] o feminismo, ao propor aprofundar a crítica ao autoritarismo e as relações verticalizadas, questiona todas as relações que envolvem poder, [...] oferecendo elementos para a reflexão da relação assistente social-cliente inclusive. O que nos conduzirá

---

<sup>28</sup> Nesse contexto, utilizamos o conceito de *gênero* descolado do *patriarcado*, para demarcar outras concepções que podem orientar essa análise. Como a categoria profissional não é homogênea, as concepções sobre esse conceito podem se dar de diferentes formas. Portanto, o uso desse conceito isoladamente nesse trabalho, busca trazer sua acepção genérica sobre as relações entre homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher.

<sup>29</sup> Trata-se de uma entrevista com a professora da PUC-SP Rosalina de Santa Cruz Leite, na época professora, assistente social engajada no movimento feminista, membro da Sociedade Brasil Mulher e da Comissão de Mulheres do Partido dos Trabalhadores.



necessariamente a algumas interrogações importantes, para uma revisão da prática profissional em busca de novas formas de ação e de relacionamento com a clientela [sic]. [...] Eu vejo que o Serviço Social se torna, como as demais profissões que são socialmente consideradas femininas, uma profissão desvalorizada; conseqüentemente, aqueles que a exercem são geralmente mal remunerados [...]. Nesse sentido, a segregação de mulheres em alguns setores profissionais interessa ao capitalismo, servindo como justificativa para o rebaixamento salarial de algumas funções. [...] As mulheres são tradicionalmente empurradas e segregadas no mercado de trabalho em algumas tarefas e funções que, de certa forma, reproduzem sua socialização. [...] Todo esse treinamento tem levado a maioria das mulheres a se inserir no mercado de trabalho como faxineiras, cozinheiras, empregadas domésticas, ou então, quando pertencentes às camadas médias da população, como professoras, secretárias, enfermeiras ou assistentes sociais. E como ajudar o próximo, ser abnegada, é considerado como “uma vocação natural da mulher”, esse aspecto de sua socialização coincide com determinada visão da profissão, definida como humanizadora das relações sociais (LEITE, 1981, p. 128-129).

As Diretrizes Curriculares de 1996 trouxe o debate sobre *gênero* em seu núcleo de fundamentação da *Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira*. Entretanto, apesar dos núcleos serem interdependentes e não hierárquicos no sentido de uma análise integrada da realidade, é necessário que a temática perpassasse pelos três núcleos de fundamentação. Nesse aspecto, referindo-se a estes núcleos, Veloso e Bezerra (2003 apud MIRALES, 2006, p. 2-3) afirmam que o tema é “constitutivo das relações sociais, está intimamente ligado aos fatores políticos e econômicos em cada sociedade, adquirindo contornos históricos e sociais específicos e está presente nas diferentes dimensões do exercício profissional do assistente social”.

Como foi dito, no ano de 2001, as Diretrizes Curriculares sofreram uma forte descaracterização e são formatadas ao modelo definido pelo SESu/MEC. Nessas adaptações, a discussão sobre *gênero* é apresentada de forma complementar e isolada das demais disciplinas, limitando-se apenas ao tópico de Classes e Movimentos Sociais (LOURENÇO, 2001). Portanto, para a superação do traço incipiente e focalizado sobre a dimensão de *gênero* na profissão, é necessário que a sua apropriação requisite uma formação profissional que seja efetivamente capaz de transpor o debate superficial sobre o tema.

Frente à reestruturação do capital, com o mercado ditando as regras para a educação, a produção do conhecimento não tem por objetivo a apreensão do

movimento do real, mas segue a lógica das metas de produção acadêmica visando a quantidade em detrimento da qualidade. Dessa forma, no âmbito do Serviço Social, a ABEPSS concretizou a proposta dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) em 2010, no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, como uma estratégia de resistência ao produtivismo intelectual recorrente no estágio atual do capital (MAURIEL, 2017).

Estes grupos foram uma construção da categoria para coletivizar a produção do conhecimento na área do Serviço Social de “temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, 2017). São formados por 8 eixos: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 8) Serviço Social, Geração e Classes Sociais<sup>30</sup>.

O GTP de Serviço Social, relações de exploração/opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades, em particular, prioriza o fortalecimento e visibilidade desses debates no âmbito do Serviço Social (ABEPSS, 2015). Desse modo, no Relatório do GTP referente ao biênio de 2013/2014 foi apontada a realidade da produção do conhecimento no que diz respeito à articulação das temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração<sup>31</sup> no Serviço Social.

O relatório indica que apesar do aumento da produção sobre o eixo de *gênero*, os debates que compõem o GTP ainda precisam ser consolidados no campo da pesquisa do Serviço Social. Além disso, propõe a discussão articulada entre os eixos de gênero, raça/etnia, geração<sup>32</sup> e sexualidade, na medida em que

---

<sup>30</sup> O surgimento do GTP de Serviço Social, Geração e Classes Sociais foi fruto de um debate, no qual desde 2014 no ENPESS de Natal, já era problematizado sobre a possibilidade de seu desmembramento. Em 2016, no ENPESS de Ribeirão Preto essa questão foi rediscutida no Colóquio do GTP e a Assembleia da ABEPSS deliberou pelo seu desmembramento (MAURIEL, 2017).

<sup>31</sup> No Relatório de 2013/2014, o GTP ainda abrangia o eixo de geração. Portanto, quando nos referirmos neste trabalho a este Relatório, iremos mencionar a dimensão da geração.

<sup>32</sup> Ressaltamos que apesar do Relatório deste GTP (biênio 2013/2014) fazer menção à ‘geração’ enquanto dimensão que determina a sociedade burguesa, compreendemos esta como uma das opressões inseridas nessa sociabilidade. Portanto, não consideramos ‘geração’ enquanto uma relação social estruturante como é classe, raça/etnia e gênero.

são compreendidas enquanto dimensões estruturantes da sociabilidade do capitalismo e estão imanentemente vinculadas à dimensão de classe (ABEPSS, 2015).

Nesse sentido, um dos acúmulos teóricos deste grupo foi a aproximação com a concepção de *consustancialidade* e *coextensividade* das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe de Kergoat, conceitos estes, que optamos por aderir pela proximidade que possuem com a “metáfora do nó” de Saffioti (2004), concepção já apropriado pela autora nesta pesquisa, conforme expomos no Capítulo 1. Contudo, na ementa do GTP, até a elaboração do relatório de 2013/2014<sup>33</sup>, manteve-se a concepção de *interseccionalidade*, em virtude da falta de consenso entre os pares do grupo sobre a utilização dos conceitos.

No Colóquio ocorrido no XIV ENPSS, em Natal, em dezembro de 2014, com base no acúmulo do Seminário ocorrido em Brasília, debatemos sobre as concepções de “interseccionalidade” e consustancialidade/coextensividade, todavia, não deliberamos alteração na ementa do GTP, a qual ainda consta a perspectiva da interseccionalidade. Acreditamos que essa possível alteração exigirá um seminário de maior fôlego para um debate teórico, pois, não há um consenso sobre o uso de tais categorias. As controvérsias em torno da “interseccionalidade” e da “consustancialidade” dizem respeito desde a crítica a perspectiva “geométrica” e transdisciplinar de intersecção, até as implicações teóricas e políticas de seus usos (ABEPSS, 2015, p. 11).

A necessidade de consolidação do debate dos eixos do GTP de Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades, também caminha no sentido de tensionar a relutância existente no interior da categoria profissional que acredita que as temáticas deste grupo já são transversais aos demais GTPs, não sendo necessário um GTP próprio. Dessa maneira, esse argumento contribui para a invisibilidade dessas discussões no Serviço Social (ABEPSS, 2015), uma vez que, ao universalizar os debates, por vezes as particularidades podem ser suprimidas.

Nesse sentido, uma profissão que se coloca na perspectiva de apreensão da realidade, por meio do princípio da totalidade, também necessita capturar as determinações que se relacionam nesse todo. Em outras palavras,

---

<sup>33</sup> Não foi possível ter acesso ao relatório do biênio seguinte (2015/2016), visto que não foi publicado e também não está disponível no site da ABEPSS.

segundo Kosik (2002) a dialética da totalidade significa que “as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes” (p. 50). Portanto, a necessidade de um GTP próprio sobre os temas citados não se manifesta por acaso, mas são particularidades que têm sido negligenciadas pela categoria profissional, que frequentemente se utiliza de um discurso que promove a reivindicação do princípio da totalidade – muitas vezes partindo de uma compreensão esvaziada e descolada da perspectiva dialética – para legitimar essa relutância referente às temáticas em questão. Assim, a existência e a permanência deste GTP se apresentam como uma manifestação de resistência política dentro da própria categoria profissional.

Outro aspecto dessa relutância encontra-se pautado na compreensão de que as discussões sobre *gênero* e assuntos correlatos são abordagens imanentes aos estudos do fragmentário, sem considerar que é um dos elementos que constituem as relações sociais, portanto, há que apreender essa particularidade imanente à totalidade social.

Com efeito, as perspectivas desconstrutivistas e pós-estruturalistas tem obtido centralidade no debate sobre *gênero* e nos discursos teóricos feministas, ganhando destaque nos eventos e revistas da área. Essa monopolização do conhecimento não ocorre por acaso, tendo em vista o alinhamento que estas perspectivas têm com a hegemonia burguesa, evitando o conflito com o seu projeto de sociedade. Elas compõem a abordagem que foi denominada de “pós-moderna”, na qual trata-se, antes de mais nada, do abandono de categorias como totalidade e essência (TONET, 2006), além de uma

[...] visão distorcida do real, apanhado apenas sua manifestação imediata. Faz ressurgir os postulados da “razão fenomênica” kantiana (TONET, 2006) ou da “razão instrumental” positivista, na medida em que categorias como “essência e totalidade” são abandonadas em nome da aparência e da imediaticidade. (SIMIONATTO, 2009, p. 93).

É certo que, como foi possível apresentar no Capítulo 1 deste trabalho, *gênero* pode ser analisado por várias concepções, por se tratar de um conceito polissêmico, inclusive por vertentes que se diferem da marxista. Entretanto, é importante reivindicar esse debate também na perspectiva do materialismo

histórico dialético, trazendo sua inerente relação com a sociedade capitalista e racista. Uma das considerações encontradas por esta pesquisa, referente a uma das coordenações entrevistadas, aponta para essa preocupação.

[...] tem que tomar cuidado nessa questão de gênero, a questão étnico racial e outras questões, essa fragmentação muitas vezes ela acaba indo na direção contrária daquilo que era por opção, daquilo que o curso se propõe que é uma discussão da classe, da luta de classes. [...] **Eu não diria que não é importante**, é que as questões de gênero, **em alguma medida**, nos ajudam a refletir sobre toda essa construção histórica do preconceito de gênero, da diferença que se tem, enfim, neste processo histórico no sentido de entender que nem sempre foi assim né. **Mas eu só chamo atenção do fato dessas determinações não se desvincularem da sociedade capitalista e que muitas vezes a gente potencializa tanto a discussão em torno dessa questão, como é o LGBT, como é a questão do negro, aí a gente vai fragmentando, vai partilhando essas lutas e se esquece que as determinações disso são vinculadas a uma luta de classe**, essa é a minha ressalva, mas não considero que não seja importante tratar disso, **acho que é um assunto que está aí**, que a gente precisa discutir, mas enfim, refletir sobre ele, mas ter esse cuidado de como lidar com isso se não a gente começa a fragmentar tudo e aí inviabiliza ainda mais a **luta maior que é a luta da classe trabalhadora**, vamos dizer assim (ENTREVISTA, 2017, grifo nosso).

Podemos observar que, ainda que a coordenação faça tal consideração relevante para se pensar a concepção de *gênero* do ponto de vista articulado à sociedade capitalista, não aponta para uma perspectiva que também reflita a ordem patriarcal de gênero enquanto uma ordem que estrutura as relações sociais.

Além disso, traz em seu discurso um elemento que compreendemos ser problemático, sendo este a hierarquização das relações sociais, primando pela classe e secundarizando as demais. Dessa maneira, ressaltamos que as formas de dominação e exploração perpetradas pela ordem patriarcal de gênero e pela ordem racista não surgiram do sistema capitalista – embora tenham sido apropriadas por este – e extrapolam as suas formas de sociabilidade (CISNE, 2014). Portanto, o que acreditamos ser componente de uma “luta maior” é a superação de um Sistema de Dominação/Exploração que se pauta nas três bases hierárquicas fundamentais citadas.

A ordem patriarcal de gênero, bem como o sistema racista, não podem ser marginalizados nessa discussão, sendo que são muitas vezes

considerados meros acessórios para se pensar as relações sociais. Pensamos ser necessária a análise dessa dinâmica de forma consubstancial e coextensiva, conforme indicado por Kergoat (2010), ou por meio do “nó”, conforme metáfora ilustrada por Saffioti (2004), entre as três bases hierárquicas que dominam e exploram os sujeitos.

Salientamos que a categoria profissional está inserida no processo da produção e reprodução da hegemonia burguesa, racista e patriarcal, no qual as/os profissionais são sujeitos deste tempo histórico, sendo assim produtos desta sociedade, carregando consigo traços do conservadorismo. A luta desta categoria contra o capitalismo também envolve a superação do conservadorismo que ainda perdura na profissão, embora o processo de Reconceituação tenha reunido esforços para a eliminação deste traço. Podemos dizer que a luta contra o conservadorismo é em consequência uma luta contra todas as formas de dominação/exploração, o que implica um horizonte profissional efetivamente comprometido com a construção do socialismo e a emancipação humana, mas que não se descole da perspectiva feminista, já que “uma sociedade socialista é incompatível com qualquer sistema de opressão” (CISNE, 2014, p. 120) e a luta feminista pode contribuir efetivamente nessa construção.

Considerando, desse modo, que a categoria profissional é sujeito em uma sociedade travada por contradições emergidas pelo Sistema de Dominação/Exploração, podemos evidenciar que as/os estudantes de Serviço Social podem encontrar na formação profissional uma forma, mas não a única, de transgredir as relações sociais hierárquicas, seja tanto na perspectiva de uma formação e um exercício profissional mais qualificado, quanto nas próprias relações de seu cotidiano que expressam o ideário da ordem patriarcal de gênero. Nessa perspectiva, uma das coordenações dos cursos aponta essa reflexão na realidade do campi em que atua.

[...] a gente percebe que inclusive tem muitos alunos que entram no curso e muitas vezes está em uma situação de violência, às vezes o marido fala: “Olha, ou a faculdade ou eu”. Claro que a gente já teve situações em que a pessoa largou a faculdade, muitas vezes mulheres de mais idade, que é mais difícil desconstruir alguns conceitos. Agora, tem muita situação que a gente consegue ter como grande avanço a superação de relações abusivas, a gente consegue ter realmente mulheres que saem dessa situação. [...] **Na faculdade eu vejo como é fundamental não só o conteúdo em sala de aula**

[sobre gênero], **mas como atendimento mesmo, para o próprio aluno** (ENTREVISTA, 2017, grifo nosso).

Outra construção do GTP que vale o destaque neste trabalho é a proposta da oferta de ao menos uma disciplina obrigatória nos cursos de graduação que aborde esses temas, antes ou simultaneamente ao estágio supervisionado. Apesar da compreensão de que as temáticas possuem caráter transversal, garantir a obrigatoriedade dessa disciplina implica em não conceder a livre iniciativa aos cursos de graduação à sua oferta. Sem esse imperativo, a oferta da disciplina é submetida à conveniência do curso, ou seja, oferecida quando houver docentes pesquisadoras/es dessa área no departamento, caso contrário muitas vezes esse debate não é incluído. A flexibilidade também pode se dar por meio de disciplinas optativas, as quais são de inteira importância para a formação das/os discentes, contudo não constituem elemento obrigatório no processo formativo.

[...] na maioria das universidades do Brasil as disciplinas que tratam da temática de gênero se dão predominantemente de forma eletiva, ou seja, os(as) discentes podem terminar o curso de Serviço Social sem cursá-las. Quando são ofertadas, o são a partir do 5º período do curso, mas há muitas universidades nas quais a oferta só se dá no 7º ou 8º período, ou seja os(as) discentes já têm passado pela experiência do estágio curricular obrigatório. Deste modo, as questões de gênero, raça/etnia podem passar despercebidas aos discentes, pois a formação profissional no Serviço Social enfatiza a questão das classes sociais, mas por vezes esquece-se que ligada à classe social encontram-se as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, mediações importantíssimas a serem problematizadas no processo de formação profissional (LIMA, 2014, p. 48).

Para pensar o debate sobre a ordem patriarcal de gênero na formação profissional, apresentaremos a realidade dos cursos que foram o foco de nossa pesquisa. Dessa maneira, faremos a introdução do lócus da pesquisa apontando algumas particularidades dos cursos.

### **3.1. Particularidades da realidade em foco: reflexões sobre o lócus da pesquisa.**

No que se refere à investigação da inserção do debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional do Serviço Social, delimitamos o recorte espacial dos cursos de Serviço Social a serem pesquisados,

sendo este o norte do Paraná. Essa região conta com 6 universidades públicas, sendo 4 Estaduais e 2 Federais. Nos referimos à Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

De acordo com o recorte já citado, delimitamos para este estudo a investigação de 2 universidades estaduais do norte do Paraná situadas em 3 campi que congregam no seu quadro de cursos a graduação de Serviço Social. Reiteramos que não foi preciso a identificação das universidades neste trabalho, tendo em vista que a necessidade nesta pesquisa se tratou da síntese das particularidades encontradas nos cursos que estudamos.

Os campi em que os cursos de Serviço Social estão situados apresentam uma variedade de cursos que em sua maioria fazem parte das grandes áreas como as ciências humanas e sociais aplicadas, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

**Quadro 1** – Distribuição dos cursos de graduação pelos campi pesquisados.

<b>Cursos</b>	<b>Distribuição dos cursos</b>
Administração	2
Ciências	1
Ciências Biológicas	1
Ciências da Computação	2
Ciências Contábeis	2
Ciências Econômicas	1
Educação Física	2
Enfermagem	1
Geografia	1
História	2
Letras – Português/ Espanhol/ Inglês	2
Matemática	2
Pedagogia	2
Secretariado Executivo Trilíngue	1
Serviço Social	3
Turismo	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Os cursos de Serviço Social pesquisados surgiram a partir da década de 2000, sendo relativamente novos com pouco menos do que 18 anos de



fundação. O curso “A” foi aprovado em 2002, o curso “B” em 2010 e o curso “C” em 2001<sup>34</sup>.

Fazem parte de uma estrutura de universidade multicampi, e, assim, surgiram em um contexto de expansão do ensino superior no Brasil e são marcadas pela política de interiorização das universidades públicas. Nesse sentido, dois dos campi pesquisados já possuíam estrutura própria desde que se constituíram enquanto faculdades. O campus mais recente, até o momento da coleta de dados e da visita da autora, ainda se encontrava dividindo espaço com uma escola estadual da cidade, a qual aguardava desde o ano de sua implantação o campus próprio.

Segundo o PPP e o relato de uma das coordenações, os cursos de Serviço Social nas regiões em questão são demandados para suprir a escassez de profissionais da área na ocupação de cargos nos serviços dessas regiões.

A demanda para implantação do curso se deu pelo pedido dos prefeitos aqui da região que então procuraram a universidade, por conta que nós tínhamos a UEL que era a universidade mais próxima que tinha o curso, mas muitos alunos acabavam que se formavam e uma grande maioria não era aqui da região e acabava que ia embora. Mesmo que às vezes havia contrato de alunos da UEL para cá ou que se formaram em outras universidades para cá, esses profissionais não ficavam por não haver uma inserção na região. Então, as demandas dos prefeitos foi no sentido de que tivesse o curso, tivesse uma identidade do curso com a região para que tivessem esses profissionais aqui. (ENTREVISTA, 2017).

**A escolha do curso de Serviço Social se deve ao fato de que na região esse profissional é quase inexistente e haver uma demanda reprimida por seus serviços profissionais, junto aos movimentos populares, hospitais, entidades sindicais, prefeituras, entidades sociais públicas e privadas.** A atuação do Assistente Social se explicita no campo da assistência e promoção social, desenvolvendo ações que promovam a cidadania e combata qualquer tipo a exclusão social seja ela política, econômica ou social. Para tanto, a Universidade [...] congrega em seu rol de cursos de graduação, o de Serviço Social em que a intervenção deste profissional atende a uma realidade que necessita fortalecer a sua consciência crítica e lutar contra a exclusão (PPP, 2017, grifo nosso).

Referente à estrutura dos cursos, os mesmos apontam a seguinte organização:

---

<sup>34</sup> Informações com base nos Decretos Estaduais que autorizam a implantação dos cursos.

**Tabela 3 – Estrutura e organização dos cursos**

<b>Curso</b>	<b>Vagas ofertadas</b>	<b>Período de funcionamento</b>	<b>Carga horária total</b>	<b>Nº docentes</b>
<b>A</b>	50	Matutino	3.303	10
<b>B</b>	40	Noturno	Não informado	8
<b>C</b>	50	Noturno	3.178	10

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações das entrevistas e PPPs.

Em entrevista com as coordenações, foram mencionados projetos interdisciplinares em 2 campi que trabalham com a temática sobre *gênero*. Trata-se de um Centro de Educação e Direitos Humanos, criado em 2016, no qual estabelece medidas e ações voltadas para as necessidades de grupos vulneráveis e/ou socialmente excluídos para o acesso, inclusão e permanência desses grupos no ensino superior.

Nós temos um núcleo de direitos humanos dentro da universidade, dentro da universidade como um todo e esse núcleo está instalado em cada campus também. Nele tem o eixo de gênero, um eixo de cotas e étnico racial, então dentro da lógica de direitos humanos também é uma política da universidade discutir as questões de gênero. Então assim, em alguma medida a discussão vem acontecendo aqui, mas não é uma política do curso de serviço social (ENTREVISTA, 2017).

Este Centro é responsável por núcleos particulares que abordam a educação especial e inclusiva, a educação para relações étnico/raciais e educação para relações de gênero. Dessa forma, de acordo com o projeto institucional que norteia esse centro, os núcleos trabalham de forma articulada entre si.

Sobre o funcionamento desta iniciativa, uma das coordenações aponta para as dificuldades de concretização do projeto no campus em que atua. Este desafio tem relação com o sucateamento da universidade pública e também sobre as particularidades do campus inserido em uma região que recebe um determinado perfil de estudantes. Dessa forma, explica que:

[...] ele tem uma proposta boa [o Núcleo], inclusive tem a sala, mas você não tem computador, a nossa internet aqui é muito falha, você pensa uma universidade com uma internet falha, você está trabalhando e a internet cai. Então assim, um carro, de repente, pra fazer uma visita e uma equipe profissional, tanto de equipamentos materiais, quanto de recursos humanos, para poder fazer com que essas propostas se concretizem. Outra questão é sobre essas rodas de conversa movidas por esse Núcleo, uma dificuldade que a gente tem é que os alunos eles não tem um costume de viver aqui na universidade no período da tarde. São alunos trabalhadores que vem e que moram na região, que vem de ônibus e de van assistir aula e vai embora. Para você segurar um aluno para fazer pesquisa, por exemplo, para fazer projeto, você tem que ficar selecionando os que podem os que moram aqui. Nessas rodas de conversa a participação deles ainda é pouca, por conta dessa dificuldade. Também tem a bolsa de permanência que ainda é insuficiente, a gente tem duas ou três na instituição né. Então é uma iniciativa boa, mas que precisa se expandir. Até para fazer terapia, para fazer esse acompanhamento terapêutico com a psicóloga do Núcleo, você precisa de tempo, você precisa de disponibilidade que nem sempre o aluno tem, ele está muito envolvido com a vivência dele e muitas vezes uma vivência muito dura né, de ter que trabalhar, cuidar de filho, então eu percebo que essa discussão [de gênero] ela teria que ser viabilizada por outras condições mesmo, moradia estudantil e isso a gente não tem, restaurante universitário a gente também não tem e que facilitaria muito (ENTREVISTA, 2017).

Sobre o perfil das/os discentes, as coordenações informaram que se trata de um curso majoritariamente formado por mulheres. Ressaltam que nos últimos anos, o ingresso de homens tem aumentado, mas o perfil discente geral continua sendo feminino.

A maioria são mulheres, nos últimos anos vem aumentando o número de homens no curso, mas a grande maioria são mulheres, se eu não me engano deve ter no quarto ano 3 homens, no terceiro ano tem 2, no segundo ano deve ter uns 4 também, no primeiro deve ter de 3 a 4 também. Então é a minoria, a maioria é mulher (ENTREVISTA, 2017).

Para obter com mais exatidão esses dados, um dos cursos realizou uma pesquisa sobre o levantamento do perfil das/os discentes do Serviço Social do respectivo campus e apontou que 97,1% são mulheres e 2,9% são homens. Nesse aspecto, embora nos referimos a um recorte espacial específico, podemos observar que o Serviço Social mantém quase que inalterada a sua marca definida pela divisão sexual do trabalho, na medida em que historicamente se constituiu neste processo

de feminização da profissão. Não é por acaso que também o corpo docente se constitui em sua maioria por mulheres, como podemos perceber na tabela a seguir:

**Tabela 4** – Relação de docentes dos cursos de Serviço Social pesquisados.

	<b>Docentes efetivos</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Docentes temporários</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Curso A</b>	8	8	0	2	2	0
<b>Curso B</b>	4	3	1	4	3	1
<b>Curso C</b>	6	5	1	4	1	3
<b>Total</b>	18	16	2	10	6	4

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações das entrevistas e PPPs.

Estes são alguns aspectos introdutórios para situar os cursos pesquisados. Outros serão apontados durante as análises dos dados. Salientamos que, ao optar por não revelar a identidade das universidades, não foi possível evidenciar certas particularidades que poderiam identificá-las.

### **3.2. Apreensões dos elementos constitutivos da formação profissional na perspectiva da ordem patriarcal de gênero**

O enfoque sobre os debates que têm relação com a ordem patriarcal de gênero está presente na matriz curricular de todos os PPPs de forma semelhante. Nos três cursos, o tema é viabilizado por um módulo de uma disciplina que aborda outros tipos de discussões. As disciplinas foram intituladas de “Núcleos Temáticos”, “Seminários Temáticos” e “Tópicos avançados em Serviço Social”. Essas disciplinas buscam abranger o que se compreende por temas transversais à profissão, sendo estes, além do módulo sobre *gênero* e temas correlatos, as discussões sobre direitos humanos, família, cultura afro-brasileira e africana, criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, educação e meio ambiente. No quadro a seguir, poderão ser observadas essa organização.

**Quadro 2** – Relação das disciplinas que abordam gênero nos cursos pesquisados.

DISCIPLINA	EMENTA	SÉRIE	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Tópicos Avançados em Serviço Social I (Família, Direitos Humanos e Gênero)	A construção histórica do conceito de família; Os modelos e arranjos familiares na contemporaneidade; O trabalho social com famílias. Os princípios teóricos que embasam a discussão contemporânea sobre os direitos humanos; os Tratados/Convenções Internacionais de Direitos Humanos; O Serviço Social e os direitos humanos. <b>Relações de gênero, violência e patriarcado no contexto brasileiro; Divisão sexual e social do trabalho.</b>	4	Obrigatória	
Oficina sobre Violência e a Atuação do Assistente Social	A violência intrafamiliar e o Serviço Social. <b>Violência de gênero e violência contra a mulher, criança e idoso.</b>	1/2/3/4	Optativa	
Classes e Movimentos Sociais	As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ídeo-políticas e sócio-culturais. Movimentos sociais em suas <b>relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários.</b> Formas de lutas e organização das classes subalternas.	2	Obrigatória	
Núcleos temáticos	Temas transversais ao Serviço Social.	4	Obrigatória	Devido à reformulação do PPP, esta disciplina tem a proposta de ementa modificada para "Temas transversais ao Serviço Social: <b>classe, raça/etnia, sexualidade e temas correlatos que remetem à compreensão da diversidade humana e suas especificidades</b>

				relacionadas às desigualdades sociais e culturalmente construídas”.
Seminários Temáticos I – Família, Gênero, Criança e Adolescente e Idoso	Concepção histórica de família e aspectos histórico-sócio-culturais. A família contemporânea, suas possibilidades e relação com as políticas públicas. Criança e adolescente: contextualização histórica e social destes Brasil e os códigos legislativos em vigência. <b>A construção social de gêneros.</b> Conceitos de envelhecimento e as políticas de atendimento para terceira idade e idosos no Brasil.	3	Obrigatória	
Direito	Estudo dos fundamentos e desenvolvimento histórico da construção dos direitos do homem. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A Constituição Federal de 1988: Capítulo da Ordem Social. Legislação Social: Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei da Pessoa com Deficiência, CLT, LOAS, SUS, <b>Lei Maria da Penha</b> . Novo Código Civil.	2	Obrigatória	
Antropologia	A contribuição da antropologia para a compreensão da sociedade contemporânea, nos aspectos culturais e sociais. Cultura Popular, identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais.	1	Obrigatória	Apesar de não conter em sua ementa a menção direta aos debates correlatos à ordem patriarcal de gênero, possui em sua bibliografia básica uma referência sobre essa temática:  PRIORE, Mary Del. <b>História das mulheres no Brasil</b> . São Paulo: Contexto, 2004.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos PPPs dos cursos estudados.

Podemos verificar que além das disciplinas citadas, os cursos apresentam a inserção da temática em outras poucas disciplinas. Entretanto, o

debate se situa de maneira pontual. Um aspecto positivo a ser pontuado é sobre a maioria das disciplinas que abordam *gênero* serem ofertadas de maneira obrigatória pelos cursos.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a configuração dessas disciplinas enquanto componente obrigatório nesses cursos foi uma exigência do MEC referente à adequação da educação no país de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Trata-se de uma normativa que se coloca em um campo mais genérico, que teve seu Parecer homologado pelo CNE em 30 de maio de 2012 junto com aprovação da sua proposta de Resolução. Essa questão ficou evidenciada diretamente em um dos PPPs e também durante a entrevista das coordenações, mesmo que de forma indireta.

Então, no projeto político pedagógico nós amarramos na ementa [a discussão de gênero], **porque vem a orientação que essa discussão tem que... Como uma discussão obrigatória dentro do curso**, já se fazia ela, mas estava como núcleos temáticos, agora a gente amarrou essa discussão na ementa. [...] **Essa questão étnica e de gênero, existem algumas orientações legais, recebemos uma lista de orientações que foi pedido para colocar isto de alguma maneira.** É porque existe, mas se entra outro professor para dar a disciplina de Núcleos Temáticos e que não tem essa inserção de gênero que a professora [nome ocultado] tem, por exemplo, pode tirar essa discussão e estando na ementa a questão étnica como a de gênero, aí é obrigatório o professor dar. Para atender essa nova regulamentação nesse novo formato, incluímos e fizemos uma pequena adequação na ementa (ENTREVISTA, 2017, grifo nosso).

Eu acho que uma estratégia é de fato ter algum conteúdo no projeto pedagógico [sobre gênero], alguma disciplina, **acho que se eu não me engano a própria legislação do MEC vem exigindo hoje. Por exemplo, agora mesmo Meio Ambiente é uma coisa que eles vem exigindo que a gente vá adotando.** Eu penso também que isso é muito modismo né, o MEC a cada momento inventa uma coisa e quer que os cursos vão absorvendo. [...] Mas eu acho que sim, precisa ter e precisa estar estabelecido [as discussões de gênero] para que a gente não possa fazer ao nosso bel prazer, **e mesmo estando estabelecido, eu digo para você que já é difícil.** Você tem uma ementa e o professor tem autonomia sobre a ementa, agora às vezes ele trabalha aqui como ele pode trabalhar, como ele pode escolher autores que vão para um lado ou que vão para outro, então é muito difícil você ter esse controle, mas penso que uma das estratégias é ter isso colocado, previsto no projeto pedagógico no sentido de que a gente possa problematizar (ENTREVISTA, 2017, grifo nosso).

Em um dos Projetos Políticos Pedagógicos, a proposta do MEC sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos estava diretamente citada.

Conteúdos Curriculares Obrigatórios por Legislação Específica: Libras: conteúdo ministrado na Disciplina Optativa de Introdução à Libras. Educação Ambiental: conteúdo discutido na disciplina Políticas Setoriais e Serviço Social II (Questão Urbana/ Habitação, Questão Agrária e Meio Ambiente). **Educação em Direitos Humanos: conteúdo discutido em várias disciplinas e inclusive na disciplina Tópicos Avançados em Serviço Social I(Família, Direitos Humanos e Gênero).** Ensino de História e Cultura afro brasileira: Conteúdo abordado na disciplina de Formação Social, Política e Econômica do Brasil (PPP, 2017, grifo nosso).

Apesar do Parecer CNE/CP nº 8/2012 evidenciar a discussão sobre *gênero* e assuntos correlatos em sua estrutura, na Resolução nº 1 aprovada em 2012<sup>35</sup>, faz referência a aspectos mais genéricos sobre Direitos Humanos, deixando margem para interpretações variadas sobre esse debate. O seu direcionamento para o ensino superior se configura por meio dos Artigos 6, 7 e 12.

**Art. 6º** A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. **Art. 7º** A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. [...] **Art. 12.** As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública (BRASIL, 2012, p. 2-3, grifo nosso).

Por meio da estruturação dos PPPs e as informações fornecidas pelas coordenações, foi possível observar que as disciplinas que fazem a

---

<sup>35</sup> Publicada no Diário Oficial da União no dia 31 de maio de 2012, Seção 1, p. 48.



abordagem sobre assuntos relacionados à ordem patriarcal de gênero acabam configurando-se de forma focalizada, sem estabelecer uma relação transversal com os outros componentes do processo formativo e, mesmo quando o fazem, trazem o debate de maneira pontual, concebendo uma compreensão compartimentada sobre as relações sociais. Assim, há uma contradição nessa questão, visto que, apesar do caráter focalizado em relação aos eixos abordados em outras disciplinas, simultaneamente, essa temática está presente em uma disciplina mais abrangente, que envolve a reflexão de outros elementos particulares da realidade. Dessa maneira, ocorre a apresentação de várias frentes de estudo em uma mesma carga horária, o que dificulta debruçar-se com profundidade nas propostas.

[...] nessa alteração que a gente fez [sobre o PPP], nós criamos uma disciplina de dois em dois anos que chama-se “Seminários temáticos” e nessa disciplina nós colocamos um item dela sobre a questão de gênero, mas assim, **a gente sabe que é algo muito superficial né, porque nessa disciplina você discute várias outras coisas além de gênero, não só gênero, gênero seria um módulo dela, não sei se dá nem um bimestre, de repente talvez nem isso.** Então especificamente sobre gênero a única coisa que a gente tem no curso hoje seria isso. **Obviamente que nas diferentes disciplinas, outros colegas podem entrar nessa questão. Na disciplina de Direito, a gente tem na ementa a questão da Lei Maria da Penha né, em outras disciplinas que a gente acaba superficialmente entrando na discussão.** Então assim, o que tem de concreto efetivamente no curso é isso, é uma disciplina que não é específica de gênero (ENTREVISTA, 2017, grifo nosso).

É uma disciplina anual por 4 horas aulas semanais. [...] A disciplina chama “Núcleos Temáticos” e dentro de núcleos temáticos, entre os vários temas transversais ao serviço social é discutida a questão de gênero, que dura um bimestre (ENTREVISTA, 2017).

De acordo com o excerto acima, fica evidente que há possibilidade de outras disciplinas realizarem a interlocução com temas relacionados à ordem patriarcal de gênero, embora isso não garanta a profundidade necessária para a apreensão dessa realidade.

Esse formato de disciplina contribui para a construção de concepções superficiais sobre os temas citados, em particular sobre os estudos sobre *gênero*, uma vez que os cursos não possuem carga horária suficiente para desenvolvê-los. Portanto, não é raro a interpretação de que são temas à parte da estrutura social que demarcam as relações de exploração e dominação na

sociedade, impossibilitando um debate amplo que capture a dimensão da ordem patriarcal de gênero enquanto uma das multideterminações da totalidade concreta. Nesse sentido, uma das estratégias apontadas nas entrevistas foi a integração desse debate para além dos muros da universidade, extrapolando a esfera formal curricular, no sentido de ampliar o processo formativo.

Por outro lado, além de estar previsto no PPP, acho que uma coisa que a gente tem que fazer, é aquilo que muitas vezes a gente não faz aqui e poderia ser feito, é estabelecer um diálogo maior com a sociedade sobre essas questões, por exemplo, agora com essas questões que estão colocadas de gênero, recentemente teve toda uma polêmica com as questões de gênero no ensino médio, agora a escola sem partido. **Eu acho que além de estar previsto no projeto pedagógico, em momentos como esse que o assunto vem a tona, eu acho que talvez a responsabilidade que a gente tem é de aprofundar a discussão com os nossos estudantes no sentido de mostrar para eles que isso é uma situação que está colocada e a gente também não pode fechar os olhos para isto,** resgatar isso e refletir sobre isso em uma perspectiva crítica, para a gente não correr o risco de isolar essa discussão ou fragmentar essa discussão a ponto de não compreender em que totalidade ela está colocada (ENTREVISTA, 2017, grifo nosso).

Essa compreensão ampliada sobre o processo formativo se apresenta de forma positiva para se pensar estratégias de aprofundamento do debate. Além disso, caminha no sentido de entender que a formação profissional não se reduz ao momento da graduação e pós-graduação, embora se inicie nesse processo. Dessa maneira, “a formação profissional é entendida como um processo dialético, portanto aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (SILVA, 1995, p. 73).

Em que pese essa consideração, ainda apontamos de forma a discordar de um aspecto evidenciado neste excerto que trata sobre a emergência de debates tidos como contemporâneos, quando, na verdade, são estruturantes de um sistema que domina e explora. Ainda que as discussões que apresentam como determinação a ordem patriarcal de gênero tenham ganhado maior visibilidade no atual contexto, não se trata de particularidades exclusivas desse momento histórico. Portanto, essa visibilidade no atual contexto não deve ser entendida como fator para se iniciar esse debate, embora seja importante situar e captar os contornos que a ordem patriarcal de gênero delimita nessa conjuntura. Mas trata-se de compreender

que é uma das particularidades que no movimento do real estruturam as relações sociais, isto é, não faz parte de um determinado estágio da organização da sociedade, mas elas determinam o movimento da sociedade.

Desse modo, reforçamos nesse trabalho que as discussões sobre a ordem patriarcal de gênero não necessitam ser apenas uma proposta transversal, mas precisam ser consolidadas e enraizadas no debate profissional, como, por exemplo, é a dimensão de classe, ainda que a emergência de sua desconstrução no momento presente seja um desafio para a profissão. A partir dessa concepção, se conduziria uma formação realmente orientada por um projeto profissional e de sociedade sem dominação e exploração de classe, gênero, raça/etnia, como está previsto em um dos princípios que compõe o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Outro aspecto problemático dessa focalização diz respeito aos cursos pesquisados vincularem a discussão desse eixo aos docentes que estudam a temática especificamente. Dessa forma, as poucas iniciativas que são feitas no sentido de articular as discussões sobre a ordem patriarcal de gênero para além dos currículos e disciplinas centralizam-se de forma personificada em determinadas/os docentes.

[...] nós temos uma discussão bem grande aqui por conta da professora [nome ocultado], devido à temática do doutorado dela que foi nessa questão de gênero. [...] Como essa professora está alinhada a esta discussão, grande parte dos TCC's que ela orienta, estão direcionados a essa temática de gênero. Tem também um evento que é feito porque essa professora também tem um grupo de pesquisa. [...] Esse grupo há cada dois anos faz um seminário de gênero que é bem grande, envolve toda a região, envolve uma articulação bem grande. [...] Nós temos também um núcleo que discute gênero que essa professora é a coordenadora, e esse núcleo ele promove debates de temas variados sobre gênero, na verdade esse núcleo teria que estar fazendo atendimentos, mas a gente não tem profissionais ainda. [...] E agora vamos supor que a gente não tivesse a professora (nome ocultado), tendo em vista essas orientações [do MEC] que a gente recebeu, teríamos que fazer uma adequação mesmo, teria que ficar estudando sobre o tema para a gente ter conhecimento para poder fazer essa adequação (ENTREVISTA, 2017).

E temos aqui uma professora que tem um grupo de pesquisa e que o projeto de pesquisa dela é sobre gênero, [...] essa professora em específico, as orientações de TCC dela, iniciação científica, enfim, toda a base da pesquisa dela diz respeito às questões de gênero. [...] A discussão não acontece no curso assim de maneira mais genérica, a discussão sobre gênero fica restrita a pesquisa dessa professora e

se restringe a disciplina que mantém parte dela para se discutir gênero. [...] O nosso campus está restrito de forma mais isolada na disciplina e na pesquisa da professora que lida diretamente com a questão de gênero (ENTREVISTA, 2017).

Compreendemos que essa personificação também é reflexo de uma categoria profissional que ainda não se apropriou das discussões sobre a ordem patriarcal de gênero enquanto uma das dimensões estruturantes das relações sociais. É evidente que no campo investigativo, por uma questão metodológica, é preciso optar por um recorte para a definição de um objeto de estudo. Portanto, a reflexão que buscamos fazer aqui não se trata das/os profissionais dedicarem suas pesquisas propriamente na área específica sobre a ordem patriarcal de gênero, mas de compreender os variados objetos de pesquisa por meio de uma perspectiva que possibilite apreender as particularidades dessa ordem na sua relação com o capitalismo e racismo, enquanto determinantes da fundação das hierarquias básicas da sociedade.

Nesse aspecto, se o trabalho é categoria central na tradição marxista e compreendida como fundante do ser social como nos explica Lukács (2012), a divisão sexual do trabalho, por sua vez, sendo uma expressão concreta dessa base material sustentada pela ordem patriarcal de gênero no contexto do capital, é também determinante para a constituição do ser social e da luta de classes. Nesse sentido, cabe a conhecida contribuição de Engels para essa reflexão:

A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia: e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 2012, p. 87).

Desse modo, se a profissão reivindica suas análises em uma perspectiva classista – considerando o debate hegemônico no interior do Serviço Social – se faz então imperante a apropriação de categorias que demarquem a fundação do ser social, bem como as estruturas contraditórias que dinamizam a sociedade com o objetivo de produzir e reproduzir as desigualdades dos sujeitos. Assim, torna-se indispensável a apropriação das expressões inerentes ao Sistema

que domina e explora nessa sociabilidade burguesa, para a qualificação do Serviço Social no trato das expressões da “questão social”, sendo uma delas a divisão sexual do trabalho.

Nessa perspectiva, é percebido que os cursos caminham a passos estreitos na direção da inclusão desse debate no processo formativo, embora possamos apontar, em alguma medida, alguns avanços. Nos cursos pesquisados, foi possível ter um parâmetro sobre a inserção da discussão sobre a ordem patriarcal de gênero<sup>36</sup> na formação profissional referente ao recorte que delimitamos. No que diz respeito à produção de TCCs, as temáticas foram identificadas, a princípio, por meio do enfoque direto dos objetos de pesquisa. Portanto, a identificação dos temas se configurou da seguinte forma:

**Tabela 5** – Relação de TCCs dos cursos de Serviço Social por eixos temáticos (2014, 2015, 2016).

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Quantidade</b>
Serviço Social	11
Política Social	9
Gênero	8
Criança e adolescente	8
Trabalho	2
Planejamento Urbano / Direito à cidade / Meio ambiente	2
Movimentos Sociais	1
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos TCCs dos anos de 2014, 2015, 2016.

Além disso, identificamos que outros trabalhos faziam referência a temas relacionados à ordem patriarcal de gênero, mesmo não sendo o objeto de estudo dessas pesquisas. Essa sistematização pode ser observada conforme a tabela a seguir:

<sup>36</sup> Nos documentos pesquisados, bem como no discurso das/os coordenadoras/es, está mais presente a utilização do conceito de “gênero” sem sua associação com o patriarcado, o que pode dar margem para o seu uso por meio de diversas concepções. Entretanto, ressaltamos que quando a utilização da concepção sobre a “ordem patriarcal de gênero” for evidenciada neste trabalho, trata-se da compreensão da própria autora.

**Tabela 6** – Direcionamento quanto à temática sobre a ordem patriarcal de gênero nos TCCs (2014, 2015, 2016).

Direcionamento	Quantidade
Não abordam a temática	16
Abordam a temática indiretamente	11
Abordam a temática diretamente	8
Abordam debates afetos, sem a referência da temática de gênero <sup>37</sup>	6
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos TCCs dos anos de 2014, 2015, 2016.

É evidente que, em termos numéricos, pode ser observada uma quantidade significativa de trabalhos que abordaram de alguma forma temas referentes à ordem patriarcal de gênero, visto que no seu total são 19 TCCs. Porém, não é nossa intenção dimensionar a realidade com base apenas na quantificação desses TCCs, sendo necessário ultrapassar o campo descritivo para se evitar análises empobrecidas (MINAYO, 2012). Dessa forma, chamamos a atenção para apreensão das perspectivas desses documentos por meio de um direcionamento crítico, o que nos demanda futuras pesquisas.

Como foi observado, o debate sobre a ordem patriarcal de gênero na formação profissional pode estar caminhando para uma maior expressividade no que tange o número de produções acadêmicas. Entretanto, deve ser acompanhado de sua qualificação e densidade teórica sobre as categorias que demarcam as diversas concepções sobre *gênero* na contemporaneidade.

Nessa investigação, percebemos que nos TCCs os objetos de pesquisa que se referem diretamente às discussões sobre a ordem patriarcal de gênero demandaram a investigação sobre categorias empíricas como *patriarcado* e *gênero*, sendo que estas se inscrevem na apreensão direta desses objetos de pesquisa. Dessa maneira, como não foi possível a análise das concepções que os TCCs atribuíram a essas duas categorias empíricas, optamos por classificá-las nos trabalhos em questão enquanto eixos indissociáveis e estruturantes das outras categorias empíricas. No que tange aos TCCs que se referem a outros objetos de pesquisa, mas que em alguma medida requisitam assuntos correlatos à ordem

<sup>37</sup> Faz referência aos TCCs pesquisados que trouxeram no debate do trabalho temas que chamavam a discussão sobre a ordem patriarcal de gênero, mas não fizeram essa vinculação.

patriarcal de gênero destacamos a discussão sobre *família, mulheres e violência de gênero*<sup>38</sup>.

Além dos TCCs, o debate sobre *família e violência de gênero* também se manifestaram nos Projetos Políticos Pedagógicos, como foi apresentado no **Quadro 2** e na compreensão de uma das coordenações.

Eu acho fundamental essa discussão [de gênero], inclusive falando mais da Política de Assistência que eu transito, dentro do próprio plano municipal de Assistência Social a temática de gênero, ela foi trazida para discussão nos grupos sociais com família, então toda essa discussão é muito pertinente para você mensurar a partir desses territórios as vivências dessas famílias. Não só a situação de violência física, mas toda a relação que se dá aí entre homem e mulher, de submissão que a gente vê muito latente, não só entre as usuárias da política de assistência social, mas entre os nossos alunos como um todo (ENTREVISTA, 2017).

A família, por ocupar dimensão central nas políticas sociais no Brasil, apresenta-se como categoria indispensável para a discussão das relações sociais nessa sociabilidade. No contexto atual, as configurações das políticas sociais têm buscado a desvinculação do Estado no provimento da proteção social e bem-estar dos indivíduos, devolvendo para a família este encargo. Nesse sentido, o Serviço Social, emergindo no Brasil como profissão inserida na divisão social e sexual do trabalho e traçando sua história estreitamente vinculada com a Política Social, tem nessa instância um campo privilegiado para sua atuação. Portanto, apreender as particularidades que perpassam a discussão sobre *família* é imprescindível para a profissão.

Com o desenvolvimento de medidas neoliberais, a partir da década de 1970 acirra-se a perspectiva familista nos modelos de proteção social na América Latina e dentro desta destaca-se o Brasil. Dentre as estratégias utilizadas pelo Estado, para a adaptação à lógica do capital se encontra o resgate da família como a principal provedora do bem-estar dos seus membros (CARLOTO, 2015, p. 183).

Neste modo de produção classista, patriarcal e racista, a devolução dos encargos referentes à proteção social dos indivíduos à família significa a

---

<sup>38</sup> Classificamos como “violência de gênero”, por se tratar de um eixo mais abrangente no que diz respeito aos diversos tipos de violência que foram evidenciados nos TCCs. Nos referimos à violência ocorrida no âmbito público e doméstico, contra mulheres, criança e adolescente e população LGBT.

responsabilização das mulheres por esta tarefa, uma vez que as relações que se inscrevem nesse modo de produção são configuradas de acordo com a divisão sexual do trabalho, debate que apresentamos no Capítulo 1 desta pesquisa. Dessa forma, o destaque da família nas políticas sociais é um dos elementos refuncionalizados para legitimar essa divisão sexual do trabalho que, por conseguinte, torna-se instrumento catalisador dos lucros do capital.

Nesse aspecto, a família patriarcal é funcional à perpetuação do modo de produção capitalista e também da ordem patriarcal de gênero, na medida em que possibilita o barateamento da reprodução da força de trabalho por meio da exploração do trabalho das mulheres. “Barateamento proporcionado, fundamentalmente, pela divisão sexual do trabalho que responsabiliza a mulher pela satisfação das necessidades dos membros da família por meio de um trabalho não remunerado” (CISNE, 2014, p. 82). Entretanto, ressaltamos, assim como o fizemos com mais densidade no capítulo 1, que essa exploração das mulheres extrapola o ambiente doméstico e familiar, sendo que está presente também na esfera produtiva do capital, relacionando-se à precarização do trabalho feminino.

É fundamental considerar que a divisão sexual do trabalho nessa sociabilidade, também apresenta particularidades referentes à questão racial, a exemplo da apropriação do trabalho das mulheres negras pelo capital. Nesse aspecto, ao tratar especificamente do trabalho doméstico – campo majoritariamente marcado pela presença de mulheres devido às configurações da divisão sexual do trabalho – Ávila (2016, p. 137-138) explica que:

O total de trabalhadores/as domésticas/os no Brasil é de 6,6 milhões, dos quais 92,6% são mulheres. O percentual de mulheres negras é de 61% nessa ocupação. Os dados mostram que houve uma diminuição no número de trabalhadoras domésticas e, no entanto, cresceu o percentual de trabalhadoras negras (DIEESE, 2013). [...] Para as trabalhadoras domésticas remuneradas, o tempo do trabalho é um elemento central da tensão entre cidadania e servidão. No Brasil, a configuração do emprego doméstico foi historicamente tributária da escravidão e das heranças que persistiram como elementos constitutivos das relações sociais. Como analisa Girard (1996), essa é uma relação de trabalho fortemente marcada pela história da escravidão das mulheres negras do país.

Nesse contexto, a família também pode ser considerada um instrumento do Estado para a difusão da hegemonia burguesa, patriarcal e racista



ou, nos termos de Gramsci (1968), um dos aparelhos privados de hegemonia. São esses aparelhos de hegemonia que cumprem a função de elaborar e difundir ideologias enquanto visão de mundo. Na sociedade determinada pelo Sistema de Dominação/Exploração, a família no seu molde patriarcal é lócus por excelência da transmissão do conservadorismo.

A concepção das políticas sociais, que compreende a família enquanto espaço de proteção, bem-estar e acolhimento dos seus membros, colabora com a mistificação das práticas violentas que podem ser materializadas no seu interior. Portanto, nas configurações da família moldada pelo ideário da ordem patriarcal de gênero, no qual o homem cumpre a função de “patriarca”, não é rara a ocorrência de violência contra mulheres, crianças, adolescentes e outros segmentos. Embora a chamada *violência de gênero* possa ser perpetrada contra homens e mulheres, “o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido do homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

Neste trabalho, não tivemos a condição de nos debruçarmos sobre os aspectos mais particulares dessas duas categorias empíricas que foram evidenciadas na pesquisa: família e violência de gênero. No entanto, ressaltamos sua importância para o debate profissional, na medida em que se apresentam como particularidades que se manifestam no cotidiano profissional das/os assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais. Neste sentido ressalta-se que,

Os/as profissionais são seres sociais gendrados, ou seja, incorporam as determinações sociais do ser homem e do ser mulher, que estabelecem a primazia do primeiro em detrimento da segunda. Dessa forma, a visão tendencialmente patriarcal, falocêntrica, falologo-cêntrica ou androcêntrica, pautada na ordem patriarcal de gênero, não é espontaneamente superada pelos sujeitos. A superação desse ideário implica na articulação de ações complexas no âmbito sócio-histórico cultural, com a apreensão crítica do sistema de dominação-exploração da classe, etnia e gênero. Para tanto é preciso estabelecer a unidade teórico-prática já que o conhecimento só é alcançado na relação que teoriza a realidade e a prática desenvolvida. Com isso revê e reformula a análise teórica a partir de elementos implícitos na própria realidade (LOURENÇO, 2008, p. 142).

Assim, entendemos que o debate sobre a ordem patriarcal de gênero nos cursos estudados, em alguma medida tem sido pautado no processo de

formação profissional. Entretanto, sua apreensão ainda se encontra em um campo fragmentado, na medida em que não é incorporada enquanto determinante social. Nesse aspecto, é uma discussão situada no processo formativo em disciplinas focalizadas, sendo o seu aprofundamento delegado à docentes pesquisadoras/es da área sobre *gênero*. No caminho dessa compreensão, ainda é preciso avançar para a consolidação desse tema na formação do Serviço Social, no sentido de sua apreensão enquanto uma particularidade que constrói e dinamiza a totalidade concreta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como finalidade compreender a inserção do debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná. Para a aproximação com essa realidade que é dinâmica e complexa, foi necessária a readequação dos recortes delimitados na proposta inicial desta pesquisa, no que se refere ao material a ser coletado e o recorte temporal da coleta dos TCCs.

As entrevistas com as coordenações que se disponibilizaram a receber a autora nos campi foram de fundamental importância para fornecer informações que subsidiaram as análises dos documentos coletados. Dessa forma, colaboraram para expressar a dinâmica desses documentos, enriquecendo as análises em torno da construção teórica e política da realidade dos cursos pesquisados.

As análises deste trabalho ressaltaram a necessidade da consolidação do debate sobre a ordem patriarcal de gênero na formação profissional do Serviço Social. Nesse aspecto, a pesquisa manifestou que há um esforço na apreensão desse debate pelos cursos, considerando sua presença nos documentos pesquisados, em especial nos PPPs que apresentaram as disciplinas relacionadas a *gênero* de forma obrigatória nessa estrutura curricular. Além disso, também está manifesto no entendimento das coordenações a respeito dessa temática. No entanto, a presença dessa discussão nos documentos não confere sua incorporação enquanto uma das ordens estruturantes das relações sociais.

Apontamos que este tema se situa de forma focalizada e pontual nos PPPs desses cursos. Expressou-se em disciplinas com enfoques específicos congregando outras temáticas que dividem espaço na carga horária. Portanto, essa focalização, além de possibilitar análises fragmentadas das relações sociais, se mostra insuficiente do ponto de vista da carga horária para que se possa avançar na sua compreensão. Ainda que em alguns PPPs a temática compareça em outras poucas disciplinas, é contemplada de forma pontual, seja com alguma referência bibliográfica ou com discussões isoladas.

Observamos que a incorporação dessa questão nos cursos ocorre, principalmente, em vista de dois fatores: por docentes pesquisadoras/es da área de

*gênero* que, em alguma medida, reivindicam o debate na formação profissional desses cursos, mas também por exigências do MEC por meio de normativas que solicitam, ainda que indiretamente, a integração do tema nas instâncias de ensino, pesquisa e extensão das instituições de educação superior.

A focalização e o caráter breve dessas disciplinas refletem o modelo de formação para o mercado, traduzindo-se em uma estrutura aligeirada do processo formativo. Ainda que possamos estabelecer essa crítica em relação aos cursos, é preciso considerar que o sucateamento da política de educação e das universidades públicas no Brasil torna-se um desafio para o corpo docente desses cursos, na intenção de forjar estratégias de superação da fragmentação na formação profissional.

Nesse contexto, os GTPs da ABEPSS apresentam-se como espaços estratégicos para se pensar uma nova forma de construção da formação profissional, cabendo aos cursos empenho na aproximação dos debates de ponta que abrangem os eixos desses grupos. Também é preciso transpor os muros acadêmicos, possibilitando uma formação profissional mais engajada na participação política das instâncias da comunidade e dos movimentos sociais.

Dessa forma, embora notemos um esforço dos cursos para absorver as discussões sobre a ordem patriarcal de gênero, este debate não é apresentado enquanto uma das determinações da sociedade. Apareceu com frequência enquanto elemento subsidiário para a compreensão de alguma particularidade dessa sociabilidade, situando-se, novamente, na fragmentação desse debate.

Nesse sentido, também é indicado nas entrevistas a importância de se pensar *gênero* para refletir questões emergentes na contemporaneidade. De fato, podemos entender que a ordem patriarcal de gênero é refuncionalizada de acordo o momento histórico, sendo que no período atual, com a consolidação do neoliberalismo e a construção de uma hegemonia burguesa, adquire contornos particulares. O ideário pós-moderno é representante desse direcionamento difundido pelas novas configurações do capital.

Pode-se afirmar, [...] que a pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que

compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. [...] Por isso, não se esgota no campo teórico, mas invade as formas de pensar, impõe modelos, participa não só da produção de mercadorias, mas também da produção de relações sociais, de formas de consciência social enquanto princípios articuladores de uma visão de mundo (SIMIONATTO, 2009, p. 94).

Não podemos deixar de apontar que a visibilidade das questões relacionadas à ordem patriarcal de gênero no contexto atual foi possibilitada pela profunda e persistente luta dos movimentos sociais feministas no desenvolvimento da sociedade brasileira e também no âmbito internacional. Embora não seja um movimento homogêneo, estabelecendo nas suas diferentes vertentes lutas de maior ou menor grau de radicalidade (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009), foram responsáveis por colocar na agenda dos debates políticos, sejam eles nas instâncias acadêmicas ou da luta concreta, a pauta sobre as desigualdades entre mulheres e homens.

Em que pese essas considerações, é imprescindível salientar que a ordem patriarcal de gênero determinou desde sua existência, a dominação-exploração masculina sobre as mulheres. Desse modo, não é uma questão contemporânea, mas sim uma determinação imanente às relações sociais que foi apropriada pelo modo de produção capitalista. Em outras palavras, não se trata de fazer seu debate por ser uma questão posta hoje, mas por ser fundante das contradições da sociabilidade burguesa desde que esta foi concebida.

Posto isso, reivindicamos neste trabalho a apreensão crítica das determinações do Sistema de Dominação/Exploração, sendo constituído pelas ordens do capitalismo, patriarcado e racismo. Dessa maneira, é necessária a compreensão da ordem patriarcal de gênero enovelada (SAFFIOTI, 2004) com as bases hierárquicas desse Sistema, evitando sua compreensão fragmentada e isolada.

Nesse aspecto, reforçamos que a compreensão desse debate pautado no materialismo histórico dialético é condição essencial para a captação da dinâmica do real e, por consequência, a transformação da realidade. Assim, podemos considerar que a teoria social de Marx é a única que se coloca na posição de superação das formas desse Sistema de Dominação/Exploração.

Esta pesquisa também nos possibilitou a aproximação com algumas categorias de análise: totalidade, mediação, contradição, formação profissional, trabalho, divisão sexual do trabalho e ordem patriarcal de gênero. Entretanto, não podem ser consideradas as únicas para a compreensão das determinações desse objeto de estudo. Indicamos que não foi possível nos debruçarmos em outras categorias que entendemos ser necessárias para essa pesquisa, tais como cotidiano, preconceito e consciência, devido ao curto prazo para a realização do trabalho.

Dessa maneira, percebemos a necessidade da discussão dessas categorias, desenvolvendo com maior densidade este objeto de pesquisa. Para além da incorporação das categorias citadas, destacamos que a aproximação com esse objeto nos instigou a investigar questões relacionadas às diferentes perspectivas teóricas sobre a ordem patriarcal de gênero na formação profissional, deixando suspensa essa possibilidade para as futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. 1996. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf) >. Acesso em: 5 mar. 2017.

ABEPSS. **Relatório e Planejamento: Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. 2015. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/gtp-genero-relatorio-gtp-2015-ultima-versa%CC%83o-201708022150325427220.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Disponível em: <[www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ABEPSS. **História**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-58, 1997.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de serviço social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./ dez. 2016.

ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**, São Paulo: Cortez, 2016, p. 236-263.

AGUIAR, A. G. **Serviço social e filosofia: das origens à Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba-SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

ANDRADE, M. A. R. A. O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARMAND, I. F. As trabalhadoras na I internacional. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 239-244.

ARY, Z. **Masculino e feminino no imaginário católico: da ação católica à teologia da libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.

ÁVILA, M. B; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In:\_\_\_\_\_. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2014. p. 13-49.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P; HIRATA, H; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 137-146.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social** – fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, V; VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social**: desafios de uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Lei nº 1889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. **Presidência da República Casa Civil**: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1889.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1889.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 35.311, de 2 de abril de 1954. Regulamenta a Lei n. 1889, de 13 de junho de 1953. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35311-2-abril-1954-449402-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 286, de 19 de outubro de 1962. Estabelece o currículo mínimo do curso de Serviço Social. **Comissão de Ensino Superior**. Brasília, 1962.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**. Brasília, 9 nov. 1964a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 512, de 3 de agosto de 1964. Estabelece o currículo mínimo do curso de Serviço Social. **Presidência da República**. Brasília, 1964b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 447, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil**. Brasília, 26 fev. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 242, de 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social. **Conselho Federal de Educação**. Brasília, 1970.

\_\_\_\_\_. Parecer CFE nº 412, de 4 de agosto de 1982. Brasília, 1982. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&o\\_obra=55940](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=55940)>. Acesso em 20 ago. 2017.

\_\_\_\_\_; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CONSELHO PLENO. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 31 maio 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em serviço social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em: 15 nov. 2017.

CARLOTO, C. M. Programa bolsa família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 179-209.

CASTRO, M. M. **A história do Serviço Social na América Latina**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CBCISS. **Teorização do serviço social**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

DANTAS, L. A teoria metodológica do Serviço Social. Uma abordagem sistemática. **Suplemento de Debates Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, n.4, 4. ed., p.63-123, 1976.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**, São Paulo: Cortez, 2016, p. 97-118.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FALEIROS, V. P. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 24, p. 49-69, 1987.

\_\_\_\_\_. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares? **Temporalis**, Brasília: Ano I, n. 2, p. 163-182, jul./dez. 2000.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **História concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 144-149..

FREDERICO, C. Classes e lutas sociais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 255-266.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDMAN, E. **Anarchism and other essays**. 1969. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Vj7CAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=anarchism+and+other+essays+book&ots=X5trwM8Zj2&sig=pG2G7_EZjGU39vHb-CPzhU9ZUn8#v=onepage&q&f=false)

[BR&lr=&id=Vj7CAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=anarchism+and+other+essays+book&ots=X5trwM8Zj2&sig=pG2G7\\_EZjGU39vHb-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Vj7CAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=anarchism+and+other+essays+book&ots=X5trwM8Zj2&sig=pG2G7_EZjGU39vHb-CPzhU9ZUn8#v=onepage&q&f=false)

[CPzhU9ZUn8#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Vj7CAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA2&dq=anarchism+and+other+essays+book&ots=X5trwM8Zj2&sig=pG2G7_EZjGU39vHb-CPzhU9ZUn8#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 21 de maio 2017.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

GUEDES, O. S. **Implicações da concepção neotomista de homem na gênese no serviço social brasileiro-1930/1940**. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717.

GURIÉVITCH, L. I. A questão da igualdade de direitos das mulheres no meio camponês. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 75-80.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v.12, n.2, abr./jun. 1998. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02\\_03.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

KALMÁNOVITCH, A. A. O movimento feminista e a relação dos partidos com ele. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 21-38.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-75.

\_\_\_\_\_. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 86, mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

KOLONTAI, A. **A nova mulher e a moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KRÚPSKAIA, N. K. Caminhos para a emancipação da mulher oriental. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 114-123.

KUVCHÍNSKAIA, E. A. Mulher e política. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 248-251.

LACERDA, L. E. P; GUEDES, O. S. Do conservadorismo à moral conservadora no serviço social brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, jan/jun. 2006. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_lelica.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_lelica.htm)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

LEITE, R. S. C. Feminismo em questão: entrevista com Rosalina S. Cruz Leite. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 5, p. 121-129, mar. 1981.

LIMA, R. L. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOPES, J. B. O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica da profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social brasileiro. In: SILVA, M. L. O. (org.). **Serviço social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

LOURENÇO, S. **Gênero – sua expressão no ensino do serviço social**. 2001. 210 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

LOURENÇO, S. **Violência conjugal: materialização das ações profissionais na área da saúde**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2008.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012. 2 v.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAURIEL, A. P. O. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-271, 2017.

MINAYO, M. C. S. (organizadora). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MIRALES, R. Desigualdades de gênero e formação do assistente social. **Revista Alamedas**, Toledo, v.1, n.1, jan./jun. 2006.

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 51-67.

NETTO, J. P. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A.E. et. al. (Org.) **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, OPAD, OMS, Ministério da Saúde, 2009, p. 141-160.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011 a.



\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011 b.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão popular, 2011 c.

NETTO, L. S. **O conservadorismo clássico** – elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NISBET, R. A. **Introdução crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Textos didáticos. São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002.

POKRÓVSKAIA, M. I. Como as mulheres devem lutar contra a prostituição. In: SCHNEIDER, G. (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.** São Paulo: Boitempo, 2017. p. 52-60.

PONTES, R. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RAMOS, S. R; SANTOS, S. S. M. Movimento estudantil de serviço social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social brasileiro. In: ABESS. **Formação profissional: trajetórias e desafios.** São Paulo: Cortez, n.7, 1997. p. 7-12.

ROMANO, R. **Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Cristine Rufino Dabat; Edileusa Oliveira da Rocha; Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo, 1993. 32 p. Tradução de: The traffic in women: notes on the “political economy” of sex.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999a.

\_\_\_\_\_. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999b. p. 142-163.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Heleieth Saffioti. In: GROSSI, M. P; MINELLA, L. S; PORTO, R. **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 135-168.

\_\_\_\_\_. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil, 2009. Disponível em: <[http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf) >. Acesso em: 25 nov. 2017.

SANT'ANA, R. S; SILVA, J. F. S. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **Temporalis**, Brasília: Ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SANTOS, L. L. **Textos de serviço social**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis Pedagógicas**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago/dez. 2010.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SILVA, M. O. S. **Formação profissional do assistente social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 87-106.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-199.

TONET, I. Modernidade, pós-modernidade e razão. Revista Temporalis. Recife, ano V, n. 10, p. 11-28, jul./dez. 2006.

TRISTÁN, F. **União operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

YAZBEK, M. C. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.

ZETKIN, C. Direito de voto das mulheres e luta de classes. In: LOUREIRO, I. (Org.). **Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 443-450. (Volume I).

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### **Termo de consentimento livre e esclarecido**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “***O debate sobre a ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná***”. Informamos que essa pesquisa faz parte do processo de conclusão do mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. O objetivo da pesquisa é “*Compreender a inserção da categoria gênero no processo de formação profissional dos cursos de serviço social das universidades públicas do norte do Paraná*”. A sua participação é muito importante e ela se daria por meio de entrevista. Gostaríamos de esclarecer que a sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Pedimos ainda sua autorização para proceder à gravação de sua entrevista para posterior estudo. Comprometemo-nos a destruir todas as informações gravadas após a utilização das mesmas nesta pesquisa.

Informamos ainda que não haverá benefícios diretos e indiretos provenientes desse trabalho, ou seja, o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação.

Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode contatar: Taynara Fitz Patriarcha, por meio do telefone: (43) 3424-0054 ou (43)98444-8422. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Taynara Fitz Patriarcha

RG: 98290796

Eu \_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecido(a) sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_

## **APÊNDICE 2**

### **Roteiro da Entrevista**

#### **EIXO 1: A construção e consolidação do curso de Serviço Social na instituição:**

1. Como foi o processo de construção do curso de Serviço Social nesta instituição?
  - Ano de fundação
  - Sobre o processo político de implantação
  - Demanda pelo curso na instituição/município
  - Composição do corpo docente
  - Composição do corpo discente

#### **EIXO 2: A inserção da temática de *gênero* no curso de Serviço Social da instituição:**

1. A temática sobre *gênero* é discutida de alguma forma entre o corpo docente e discente do curso de Serviço Social desta instituição? Se sim, de que maneira?
2. Como essa dimensão aparece sistematicamente na formação profissional deste curso?
  - Projeto Político Pedagógico
  - Grade curricular
  - Planos de ensino
  - Projetos de ensino, pesquisa e extensão
  - Trabalhos de Conclusão de Curso

#### **EIXO3: Compreensão da/o sujeito informante sobre a temática de gênero vinculada à formação profissional**

1. A temática aparece em suas pesquisas e estudos? Se sim de que maneira? (quais autoras/es, como a define, etc).
2. Você tem conhecimento de como se deu a discussão sobre *gênero* na implantação das diretrizes curriculares e também como ela é debatida hoje nas instâncias da formação profissional do Serviço Social?

3. Na sua compreensão, qual é a pertinência da discussão de *gênero* na formação profissional das/os assistentes sociais?
4. Quais estratégias você apontaria para pensar essa perspectiva na discussão da formação profissional?

### **APÊNDICE 3**

#### **Instrumento para categorização dos TCCs**

	Ano	Universidade	Título	Sumário	Resumo	Introdução	Conclusão	Referências	Eixo temático	Enfoque	Palavras Chaves	Observações	Direcionamento
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
...													